



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Luiz Antonio Goulart de Oliveira

O problema da escravidão antiga em Marx

Florianópolis

2024

Luiz Antonio Goulart de Oliveira

O problema da escravidão antiga em Marx

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr.Fábio Augusto Morales

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Oliveira, Luiz Antonio Goulart de
O Problema da Escravidão Antiga em Marx / Luiz Antonio
Goulart de Oliveira ; orientador, Fábio Augusto Morales,
2024.
65 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Karl Marx. 3. Historiografia da
Antiguidade. 4. Marxismo. 5. Escravidão Antiga. I.
Morales, Fábio Augusto. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas no LABHIMA, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Fábio Augusto Morales Soares, Orientador e Presidente, e pelo Professor Alex Degan, Titular da Banca, sendo o Professor Rodrigo Bonaldo, Suplente, designados pela Portaria nº 45/2024/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Luiz Antonio Goulart de Oliveira**, subordinado ao título: **“O Problema da escravidão antiga em Marx”**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelo membro titular da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Fábio Augusto Morales Soares a nota final 10 (dez) e do Professor Alex Degan a nota final 10 (dez); sendo aprovado com a nota final 10 (dez). O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Fábio Augusto Morales Soares (presidente)



Documento assinado digitalmente

Fabio Augusto Morales Soares
Data: 16/12/2024 17:44:02-0300
CPF: ***.305.688-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Alex Degan (titular)



Documento assinado digitalmente

Alex Degan
Data: 16/12/2024 17:47:33-0300
CPF: ***.404.488-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Rodrigo Bonaldo (suplente)

Candidato Luiz Antonio Goulart de Oliveira



Documento assinado digitalmente

Luiz Antonio Goulart de Oliveira
Data: 16/12/2024 17:49:42-0300
CPF: ***.136.759-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



Documento assinado digitalmente

Rodrigo Bragio Bonaldo
Data: 17/12/2024 11:31:40-0300
CPF: ***.985.030-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900
FONE (048) 3721-9249- FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Luiz Antonio Goulart de Oliveira, matrícula n°.20101317 entregou a versão final de seu TCC cujo título é O Problema da Escravidão em Marx, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2024



Documento assinado digitalmente
Fabio Augusto Morales Soares
Data: 20/12/2024 19:56:10-0300
CPF: ***.305.688-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

Para Klinsmann Otte (*in memorian*), que me ensinou a amar.

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer primeiramente meu pai, Antonio, minha mãe, Mirela e minha madrastra Graziela pelo enorme apoio até aqui. Não haveria como ter chegado onde estou sem vocês.

Agradeço ao meu orientador, Fábio Morales, que esteve comigo desde o primeiro dia de aula da graduação e ouviu minhas inúmeras ideias formadas e deformadas ao longo da graduação- algumas boas, outras nem tanto. Se hoje sou um historiador minimamente competente e preocupado não apenas com a escrita do passado, mas também com o meu papel no presente, é graças a ele.

Agradeço a banca que topou o desafio de ler essa monografia em um prazo tão apertado. Espero que não tenha sido uma experiência tortuosa.

Da mesma forma, gostaria de agradecer ao CNPQ pela bolsa de Iniciação Científica concedida entre 2022 e 2023 e a EdUFSC pela oportunidade de estágio em 2024.

Agradeço também o Mithra-Laboratório de História Antiga Global que, trocadilhos à parte, realmente me ensinou a enxergar o mundo.

Em especial também gostaria de agradecer ao SAPSI-UFSC e à Bárbara e Geovana, que me acompanharam num momento decisivo da minha vida. Como uma pessoa que convive com o sofrimento psíquico, posso afirmar tranquilamente que o SAPSI salva vidas. Não há como agradecer o suficiente, apenas lutar para que o serviço siga existindo e para que seja ampliado .

Enfim, gostaria de agradecer as pessoas especiais que conheci durante a graduação, Leonardo, Hernan, Robson, Madu, Renan, Lucas Gomes, Ravi, Giulia, Ícaro, Renata, Clever, Eric, Kalil, Miguel, Hipólito, Ronise, Lucas Carminatti, Rafa, Victor e àqueles que não nomeei aqui por falta de espaço, mas não por falta de memória ou de afeto.

Agradeço também aos amigos que mantive da minha infância e adolescência, Henrique, Luiz, Gustavo, Arthur, Lucas e Vitor, e, em especial, a Matheus, que também seguiu o caminho da História- sem os nossos debates e trocas eu não teria escrito este TCC e, por consequência, não teria me tornado o historiador (e escritor, no geral) que sou hoje.

Por último, aos companheiros de luta, tanto do grupo de tradução Fio Vermelho, quanto os que construíram a experiência do Jornal Barravento, quanto, enfim, aqueles de outras trajetórias políticas (em especial à Débora, minha camarada) que não cabem aqui , meu muito obrigado. Seguimos, *trotz alledem*.

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa citation à l'ordre du jour - e esse dia é justamente o do juízo final.

(Tese III sobre o conceito de história,

Walter Benjamin)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as perspectivas de Karl Marx em relação a questão da escravidão na antiguidade. Para este fim, a pesquisa buscou, além de localizar e analisar os trechos que Marx trata diretamente do tema, contextualizar a concepção de história de Marx, ponderando o local que a antiguidade nela ocupa. Além disso, dialogamos com as referências que Marx utilizou em suas pesquisas, analisando o impacto tanto do contexto intelectual e acadêmico quanto do contexto político que envolviam a produção da sua obra. Assim, buscamos compreender se a perspectiva que se consagrou no “marxismo” do “escravismo antigo” está presente já na obra do seu “pai fundador”. Com tudo isso em vista, ressaltamos o papel fundamentalmente político e revolucionário das investigações de Marx, em contrapartida ao que chamamos aqui de “ciência positiva” ou “ciência do entendimento”.

Palavras-Chave: Karl Marx; marxismo; escravidão antiga; historiografia da antiguidade.

ABSTRACT

The present study aims to analyze Karl Marx's perspectives on the problem of slavery in antiquity. For this purpose, the research sought, in addition to locating and analyzing the passages in which Marx directly addresses the theme, to contextualize Marx's conception of history, considering the place that antiquity occupies within it. Moreover, we engage with the references Marx used in his research, analyzing the impact of both the intellectual and academic context as well as the political context surrounding the production of his work. In this way, we aim to understand whether the perspective that became established in "Marxism" regarding "ancient slavery" is already present in the work of its "founding father." With all of this in mind, we emphasize the fundamentally political and revolutionary role of Marx's investigations, in contrast to what we refer to here as "positive science" or "science of understanding."

Keywords: Karl Marx; marxism; ancient slavery; historiography of antiquity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 MARX, A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DO XIX.....	19
2.1 O CENÁRIO GERAL DA HISTORIOGRAFIA EUROPEIA NO XIX.....	19
2.2 O DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA DE MARX ENTRE A IDEOLOGIA ALEMÃ E O CAPITAL.....	26
2.3 A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA DO VELHO MARX (1873-1883).....	36
3. O LUGAR DA ESCRAVIDÃO ANTIGA NA OBRA DE MARX.....	44
3.1 MARX, O ABOLICIONISMO E A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NO XIX.	44
3.2 MARX SOBRE A ESCRAVIDÃO ANTIGA.....	48
3.3 O QUE É A ANTIGUIDADE PARA MARX?.....	58
REFERÊNCIAS.....	65

1 INTRODUÇÃO

A obra de Karl Marx não é estranha à referências tanto à Antiguidade quanto à escravidão. Já no primeiro capítulo da sua *magnum opus*, "*O Capital: Crítica da Economia Política*" (2017) [original de 1867], Marx dedica parte da sua exposição sobre a forma-mercadoria para analisar uma passagem da *Política* de Aristóteles. Enquanto explica o fundamento do conceito de valor de troca, ou seja, que objetos de diferentes utilidades (que Marx denomina “valor de uso”) são postos como equivalentes no mercado, Marx aponta que Aristóteles é o “grande estudioso que pela primeira vez analisou a forma de valor” (Marx, 2017, p.135). Em determinado trecho, Aristóteles aponta que “5 divãs equivalem a 1 casa” e isso, no mercado, “não se diferencia de 5 divãs = certa soma de dinheiro”. Neste momento o filósofo macedônio teria encontrado o fundamento irracional da forma-valor, a equivalência entre objetos desiguais¹. Entretanto, Marx observa o recuo do autor em seu apontamento, quando este alega que “é na verdade impossível que coisas distintas sejam comensuráveis”. O que teria faltado na análise da *Política* é perceber o fundamento que equipara coisas tão qualitativamente distintas como o divã e a casa- para Marx, isso é o trabalho humano abstrato (Marx, 2017, p.136).

Mas o que nos interessa aqui não é apenas a menção de Marx a um autor clássico como Aristóteles, mas também o argumento utilizado para justificar o porquê do filósofo antigo não conseguir encontrar o fundamento da equiparação entre objetos no mercado. Diz Marx que:

O fato de que nas formas dos valores das mercadorias todos os trabalhos são expressos como trabalho humano igual e, desse modo, como dotados do mesmo valor é algo que Aristóteles não podia deduzir da própria forma de valor, posto que a sociedade grega se baseava no trabalho escravo e, por conseguinte, tinha como base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. O segredo da expressão do valor, a igualdade e equivalência de todos os trabalhos porque e na medida em que são trabalho humano em geral, só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a fixidez de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade em que a forma-mercadoria [*Warenform*] é a forma universal do produto do trabalho e, portanto, também a relação entre os homens como possuidores de mercadorias é a relação social dominante (Marx, 2017, p. 136).

Para além da percepção do autor da historicidade das categorias econômicas, uma contribuição fundamental do pensamento de Marx para a análise sobre as sociedades humanas, nossa investigação parte justamente da noção de Marx que “a sociedade grega se baseava no trabalho escravo”.

¹Como James Aroosi (2019) nota em um *post* de seu *blog* comentando a mesma passagem, embora exista o ditado anglófono que “não podemos comparar maçãs com laranjas” (*we can't compare apples to oranges*), no capitalismo maçãs e laranjas não apenas são comparadas entre si, mas todos os dias também o são com telefones, robôs, animais, armas de destruição em massa ou o que quer que seja quantificável em dinheiro pelo mercado.

Tradicionalmente no “marxismo”² a luta de classes foi equiparada com as relações de produção de uma sociedade, com base principalmente nos trechos do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848. Esses “modos de produção”, então, foram enfileirados enquanto estágios de uma lei geral do desenvolvimento humano, como, por exemplo, na obra do importante teórico da Segunda Internacional Karl Kautsky, que dizia que tal “lei” histórica é uma “lei comum à qual se subordinam tanto o desenvolvimento do ser humano, como do animal e o da planta” (Kautsky, 1978 apud Machado, 2018, p.38). Mesmo Engels, reconhecido parceiro de longa data de Karl Marx e co-autor do *Manifesto do Partido Comunista*, em seu *Origem da Família Propriedade Privada e do Estado* (2019), assume a ideia de estágios gerais da história do antropólogo americano Lewis Henry Morgan, que dividia a história entre “selvageria”, “barbárie” e “civilização” (Álvares, 2019, p.57). Em sua obra, afirma categoricamente que “Morgan é o primeiro a tentar estabelecer, com conhecimento de causa, uma certa ordem na Pré-História da humanidade; enquanto uma ampliação do material disponível não obrigar a modificações, a estruturação estabelecida por ele permanecerá em vigor.”, embora faça a ressalva que “das três épocas principais, a saber, estado selvagem, barbárie e civilização, ele obviamente se ocupa só das duas primeiras e da transição para a terceira” (Engels, 2019, p.37).

A problemática dessa concepção “marxista” da História aparece principalmente quando nos debruçamos na letra fria dos textos de Marx, buscando, ao máximo possível, basear-nos apenas nas ideias que desenvolveu em vida. Ao tratar de obras como a *Origem da Família...*, não identificamos que o problema dessa obra necessariamente seja as eventuais contradições com os escritos de Marx, ou sua incorporação de uma nova referência importante para seus estudos. A problemática está no fato de, seja como recurso argumentativo, seja como conclusão de uma análise precipitada, Engels atribuir seus desenvolvimentos e conclusões a Marx, argumentando que estaria apenas concluindo a tarefa que “Karl Marx havia reservado para si” de “expor os resultados das pesquisas de Morgan em conexão com os resultados de sua – e, em certa medida, posso dizer nossa – investigação

²Entendemos o que é chamado de “marxismo” como um desenvolvimento posterior das obras do próprio Marx, com origem em potencial na criação da Segunda Internacional e dos desenvolvimentos posteriores de Friedrich Engels e Karl Kautsky nos anos após a morte de Marx em 1883. A origem do termo vem do anarquista russo Mikhail Bakunin, em sua famosa querela com Marx no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (a “Primeira Internacional”), e tem origem pejorativa (Haupt, 1987). Existiram autointitulados marxistas contemporâneos a Marx, como os militantes do Partido Operário Francês (com destaque para o genro de Karl Marx, Paul Lafargue), os quais foram ironizados por Marx com a famosa frase: “o que é certo é que não sou marxista” (Mehring, 2013). Marx, de fato, não era marxista, e concordamos com Rafael Padial que a melhor descrição de seu pensamento como um todo é a de um teórico inserido no movimento comunista (Padial, 2022).

materialista da história e, desse modo, evidenciar toda a sua importância.” (Engels, 2019, p.19).

Entretanto, como procuraremos demonstrar, tal perspectiva em relação à concepção histórica de Marx, onde a perspectiva de Marx sobre a História é igualmente aplicável para todas as sociedades e, portanto, representa uma filosofia geral da história, é bastante difícil de encontrar nas obras de Marx. Apesar disso, boa parte da intelectualidade marxista dos séculos XX e XXI, seja na União Soviética, seja em países capitalistas, tomou tal perspectiva como base para suas pesquisas históricas. Por outro lado, a crítica teórica à Marx e ao marxismo pressupõe essa leitura de um Marx que propõe um “motor da história” *a priori*: seja a luta de classes, seja uma determinação unilateral da “infraestrutura”, seja a sucessão imanente dos “modos de produção” enquanto estágios necessários do desenvolvimento humano, etc. Em ambos os casos, encontram em Marx uma teoria de um processo histórico inexorável, inevitável (Machado, 2018,p.38). No fim, o marxismo é resumido àqueles manuais desenvolvidos durante o stalinismo, extrapolando trechos selecionados de Marx como se fossem dogma, como o clássico “*Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*” de Josef Stalin, publicado inicialmente em 1938. Dentre os adversários teóricos do marxismo, desenvolveu-se uma crítica ao absurdo de tal generalização abstrata da História, dentre os marxistas, se assumiu acriticamente tal perspectiva, ou se desenvolveram tentativas de esquiva do problema, tomando as “etapas do desenvolvimento histórico” como análogos aos “tipos ideais” Weberianos, ou enquanto “modelos” ou “paradigmas” (Machado, 2020, p.39).

Dentre a tradição marxista que estudou a História da Antiguidade³, o grande paradigma desenvolvido foi a ideia de um “escravismo greco-romano” ou variantes. Já em 1919, o líder bolchevique Vladimir Lênin, em uma palestra intitulada “*Sobre o Estado*”, expunha a perspectiva que o “desenvolvimento de todas as sociedades humanas ao longo de milhares de anos, em todos os países, sem exceção” demonstraria a regra geral da existência de “uma sociedade sem classes, a sociedade originária, patriarcal, primitiva, em que não existiam aristocratas” que seria sucedida por “uma sociedade baseada na escravatura, uma sociedade escravista” (Lenin, 1977). Em 1934 o historiador soviético Alexander Tjumenev publica sua “*História da Antiga Sociedade Escravista*”, onde investiga o passado antigo

³Aqui é importante ressaltar que estamos lidando com a “antiguidade” enquanto uma construção historiográfica ligada à noção primária de “história antiga”. A antiguidade, embora tenha períodos internos delimitados pelos historiadores, se trata de uma categoria normalmente genérica que junta (e confunde) diferentes sociedades e temporalidades em uma forma só (Guarinello, 2010). Para este trabalho, estaremos nos referindo ao período geral entre os últimos milênios antes da era comum e os primeiros cinco séculos da era comum. Para Marx, a escravidão antiga era um fenômeno particular da Grécia (especialmente Atenas e Esparta) e de Roma, mas, posteriormente, essa relação acaba sendo estendida para toda a antiguidade.

buscando provar o esquema que se consagrou no marxismo: comunismo primitivo-escravismo- feudalismo- capitalismo- socialismo- comunismo (Joly, 2006, p.33). Ao longo do século XX outros como o autointitulado marxista americano G.E.M St Croix e os antiquistas italianos ligados à *Fondazione Istituto Gramsci* mantiveram a ideia de um “escravismo” antigo ou, ao menos, romano (Mac Gaw 2015; Duplá, 2001).

Nosso trabalho, então, partiu do interesse em buscar o que Karl Marx, e não o marxismo, entendia pela escravidão antiga. Para este fim, teríamos que nos debruçar sobre a extensa obra deste autor que, como veremos, está recheada de problemas editoriais e querelas sobre os sentidos de sua obra. Primeiro era necessário um recorte cronológico da obra, pois Marx é um autor com mais de quatro décadas de produção, depois, uma abordagem metodológica que desse conta de um entendimento historiográfico do pensamento desse autor, escapando ao máximo do dogma sobre Marx, ao mesmo tempo que não se deixaria levar pelas inúmeras revisões sobre seu pensamento em relação aos mais diversos temas que, embora tenham tido como resultado uma série de obras de qualidade, muitas vezes cometem os mesmos erros do marxismo dogmático. Esses erros poderiam ser resumidos pela preocupação de utilizar Marx como um interlocutor para as suas próprias posições em relação ao tema X ou Y. Não tentaremos fazer isso e, no que interessa ao que circunscreve o presente trabalho, não é relevante a precisão historiográfica das análises de Marx frente ao problema da escravidão na antiguidade, mas sim uma compreensão o máximo imanente possível de sua obra. Nos termos do filósofo uruguaio Hector Benoit (2004a), tentamos evitar ao máximo o pensamento “teológico” de fuga da realidade concreta da produção intelectual, que constitui-se como um dos grandes paradigmas do “horizonte pálido da nossa velha e cansada cultura ocidental” (Benoit, 2004a, p.28).

Reconhecemos, por conseguinte, que o caráter fragmentário da obra de Karl Marx dificulta contundentemente uma análise total de seu pensamento. Como diz o pesquisador alemão Helmut Reichelt (2013): “Marx não facilitou as coisas para os seus leitores: por um lado, ele apresenta uma obra com um nível elevado de exigência científica; por outro lado, ele “esconde” justamente o método pelo qual se define a sua cientificidade” (Reichelt, 2013, p.11). Embora seja válida a crítica do pesquisador brasileiro Gustavo Machado (2018) que tal abordagem, ao buscar esse elemento supostamente “escondido” na obra de Marx, acaba justificando justamente o tipo de análise que lê o texto por fora do texto, entendemos que essa noção de Reichelt ilustra bem a problemática do estudo da obra de Marx. Nos termos de Michael Heinrich (2004), importante referência no estudo de Marx, trata-se de “um projeto inacabado” (Heinrich, 2004).

Em grande medida devido a esse caráter fragmentário e incompleto de Marx que temos que recorrer a fontes de distintas origens. Diversos “livros” de Marx que são encontrados no mercado, como a “*Ideologia Alemã*” ou as “*Grundrisse*”, são trabalhos construídos por editores em um período bastante posterior. Sendo assim, não bastava apenas buscar o que foi dito em Marx, um Marx em seus próprios termos, mas contextualizar o dito de Marx, entendendo o seu lugar de produção e sua especificidade enquanto escrito. Se não fosse assim, poderíamos cair no equívoco apontado por Wilfried Nippel (2018), de tratar cada frase ou excerto sobre a temática da escravidão antiga em Marx como uma constatação profundamente embasada seria tratar cada palavra de Marx como uma “revelação” (Nippel, 2018, p.203).

Assim, foi estabelecido o seguinte recorte: nosso foco estaria principalmente nas obras escritas entre 1845, nos manuscritos que compõem a chamada *Ideologia Alemã* e 1873, na segunda edição do livro 1 de *O Capital*, por entendermos, em primeiro que não haveria como realizar o debate que pretendemos realizar sobre o lugar dessas análises na concepção de história de Marx com obras onde essa concepção ainda não existia⁴, ao mesmo tempo que depois de 1873, ano da publicação da segunda edição de *O Capital*, Marx publicou apenas esporádicos textos curtos e, no geral, de conteúdo bastante imediato⁵, de modo que era necessário um estudo bastante aprofundado com acesso à fontes que não estão no nosso

⁴Uma clássica querela do marxismo do século XX se estabeleceu ao redor desse tema: aquela relacionada ao lugar dos escritos do “Jovem Marx”, principalmente aqueles redigidos em 1844, que ficaram conhecidos como “*Manuscritos econômicos filosóficos*” na doutrina marxista, os quais foram descobertos pela MEGA-1 e publicados pela primeira vez em 1932. Grosso modo, duas tradições interpretativas se estabeleceram em torno dessa questão: uma (o “marxismo humanista”) que tomava uma continuidade quase que total entre o Marx de 1844 e aquele de *O Capital* e, dessa forma, considerava centrais as reflexões que Marx produziu em 1844 sobre conceitos como a “alienação”, representada pelo húngaro Gyorgy Lukács. A outra (do “marxismo estruturalista”) enxergava uma “descontinuidade absoluta” entre o “Jovem” e o “Velho” Marx, através da conhecida noção de “corte epistemológico”, representada principalmente pelo franco-argelino Louis Althusser (Padial, 2022, p.297-298). Dentre essas duas tradições, por motivos que infelizmente não tem espaço para serem expostos, acreditamos que a segunda, aquela da descontinuidade, se aproxima mais da concepção histórica e filosófica que é encontrada em Marx, ou seja, concordamos que não há como equiparar a obra de Marx pré 1845 com aquela que ele desenvolveu no restante da sua vida. Por outro lado, não deixamos de reconhecer os graves entraves criados pelo “marxismo estruturalista” na interpretação do texto de Marx, principalmente na noção de um “corte epistemológico” (onde se cria um “Marx ideológico” que se tornaria um “Marx científico”), na insistência em conceitos alheios à letra da obra de Marx para interpretá-lo (“sobredeterminação”, etc) e na incompreensão geral da dialética do modo de exposição (Benoit, 1996, p.43). Nesse sentido, dentro do nosso conhecimento, o trabalho de autores estabelecidos no Brasil como Hector Benoit, Fernando Dillenburg, Jadir Antunes e Rafael Padial, junto de outros estrangeiros como Michael Heinrich, para nomear alguns, conseguem colocar a questão da continuidade e descontinuidade da obra de Marx em uma perspectiva, no geral, coerente com o texto (que tratamos aqui como fonte). Em síntese, como exposto no primeiro capítulo deste trabalho, trabalhamos com a noção de que Marx passa ao comunismo entre 1845/46 e ali se mantém, enquanto o bem querido pelos “humanistas” “Jovem Marx” seria um “socialista verdadeiro” de inspiração em Feuerbach, e, ainda antes, um republicano radical. Embora gostaríamos de nos aprofundar nessa bibliografia, o espaço e o tempo de pesquisa não nos permitem fazer isso.

⁵Não descartamos a importância desses escritos, como a “*Guerra Civil na França*” ou a “*Crítica ao Programa de Gotha*”, principalmente no que toca ao entendimento maduro de Marx em relação a questões centrais à prática política comunista.

alcance. Por exemplo, a MEGA-2⁶ não publicou ainda o volume IV/29 da sua coleção das obras originais de Marx, e nela encontraremos as anotações que Marx fez sobre as “revoltas no escravismo romano” baseado na obra de Karl Bucher, ainda inéditas para o público em geral (Anderson, 2002, p.91). Embora o Marx tardio esteja incluído na breve história da concepção de história de Marx, entendemos que um estudo sobre a temática da Antiguidade Clássica nos estudos de Marx na década de 1870 e 1880 ainda precisa ser desenvolvido, e isso está além das capacidades deste trabalho, que limita-se a comentar brevemente sobre essa questão.

Tendo tudo isso em vista, uma última nota metodológica. Como já comentamos, a natureza das nossas fontes é central para sua interpretação, por exemplo, quando analisamos as *Formen*, temos que ter em mente que, apesar da sua qualidade como um texto, no geral, completo, ele nunca foi pensado para a publicação. Da mesma maneira, quando citamos as correspondências entre Marx e Engels, precisamos ter em mente o caráter informal do conteúdo dessas cartas, que devem ser ponderadas apenas com indicativos de certas opiniões, e não como constatações definitivas⁷. Assim, a primazia da interpretação deve basear-se nos textos publicados por Marx em vida. Depois, podemos levar em conta textos que foram pensados para publicação e, por qualquer motivo que seja, foram abandonados. Neste caso, é importante levar em consideração a história editorial que culminou na publicação póstumas destes textos. Por último, podemos levar em consideração as anotações e fichamentos que Marx realizou em obras específicas, embora com várias ressalvas, por serem indissociáveis do próprio objeto de tais anotações, e, da mesma forma, textos informais e privados como as correspondências, com os cuidados que já mencionamos.

Com tudo isso em vista, o presente texto está organizado em dois capítulos. O primeiro busca traçar uma breve história da concepção de história de Marx, de modo a entender as constantes e as transformações no seu pensamento relacionado à história, assim como sua relação com autores contemporâneos que tratam de questões semelhantes. Este capítulo está dividido em três subcapítulos, o primeiro contextualizando o cenário geral da historiografia nos séculos XVIII e XIX, o segundo sobre a gênese e consolidação da concepção de história de Marx e o terceiro focado nos últimos dez anos da produção de Marx,

⁶Sigla para “*Marx-Engels-Gesamtausgabe*”, em português “obras completas de Marx e Engels”. É uma iniciativa composta por vários pesquisadores diferentes que tem como objetivo a compilação, edição e publicação de todos os escritos de Marx e Engels.

⁷Usando uma analogia bastante informal, tomar as opiniões de cartas de Marx para Engels como tendo o mesmo peso de *O Capital* seria equivalente à tomar mensagens por *WhatsApp* como tão relevantes para a compreensão da obra de um pesquisador contemporâneo quanto sua tese de doutorado. O descompasso é gritante.

buscando, dentro do possível, demonstrar as continuidades e rupturas deste momento do pensamento de Marx.

O segundo capítulo, por sua vez, busca apresentar as análises de Marx sobre a escravidão na antiguidade, partindo das concepções mais gerais do autor sobre a escravidão e partindo para investigação sobre a relação desse elemento das sociedades “antigas” com a história da Antiguidade no geral, esclarecendo a função das análises de Marx para o entendimento de seus objetos de estudo.

Ademais, buscamos identificar se existia ou não em Marx uma formulação sobre “sociedades escravistas”, e caso ele exista, questionamos se ao mesmo tempo, essa sociedade teria a escravidão como relação de trabalho fundamental na reprodução da sua existência e se a contradição entre os escravizados e seus senhores é vista como a contradição central da época, por meio da luta de classes. Feito isso, concluiremos mapeando o local que a Antiguidade ocupa no pensamento histórico de Marx.

2 MARX, A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DO XIX

Este capítulo busca explorar a relação de Marx e de sua concepção particular de história, desenvolvida em conjunto com seu parceiro de longa data, Friedrich Engels, com a historiografia de seu tempo. Marx escreveu em uma época determinante para a ciência histórica conforme entendemos contemporaneamente, e sabemos que não era alheio ao que se produzia na historiografia acadêmica contemporânea (Machado, 2020). Sabemos também que incorporou ativamente inovações científicas da época em seu pensamento, embora, como veremos adiante, nunca de maneira acrítica.

Sobre essa relação entre Marx e a historiografia do XIX, entre os comentadores, existem uma série de diferentes leituras, as quais destacamos, em linhas gerais, duas. Aquela onde Marx seria um herdeiro direto do otimismo com o progresso presente nas histórias universais do século XIX, como observável na obra de Hegel (Machado, 2017, p.33-34), e aquela onde Marx é um precursor importante da ciência histórica no século XX e XXI, a exemplo do inglês Eric Hobsbawm (2013), que inclusive o compara com a Escola Histórica Alemã, elencando Marx, dentre os dois, como o mais decisivo contribuinte para uma “transformação da história” ocorrida no século XX (Hobsbawm, 2013, p.156). Em síntese, Marx estaria “preso ao seu tempo” ou teria conseguido inovar e se aproximar de visões que nos são mais contemporâneas, como um visionário.

Neste capítulo, por consequência, procuramos demonstrar como essa relação entre Marx e a historiografia de sua época se construiu, argumentando que Marx não pode nem ser entendido como alguém totalmente preso ao restante da intelectualidade de sua época, mas também que não trata-se de alguém que escrevia história da mesma forma que a academia o fez ao longo do século XX e XXI.

2.1 O CENÁRIO GERAL DA HISTORIOGRAFIA EUROPEIA NO XIX

Um amplo panorama da intelectualidade europeia no período entre a segunda metade do século XVIII e o século XIX, no que diz respeito à sua relação com a História, pode se basear na chave da “crise”. Enquanto à partir do chamado Medievo se desenvolveram filosofias da história intimamente ligadas à uma concepção cristã escatológica, após o movimento intelectual tradicionalmente chamado de Iluminismo, a dessacralização da perspectiva sobre o passado humano abriu caminho para o desenvolvimento de novas perspectivas. Perspectivas essas que almejavam dar conta de acompanhar uma nova

concepção social sobre o tempo histórico⁸, principalmente após a Revolução Francesa em 1789.

Ao longo do século XVIII, foi construída por uma série de autores a separação entre a chamada “história natural” e a história propriamente dita, o passado humano, objeto de investigação dos historiadores, que estaria fora do escopo da filosofia (Koselleck, 2006, p.54), como preterido por autores como o italiano Giambattista Vico, e acompanhada, por exemplo, por Voltaire, quando em sua Enciclopédia a antiga *historia naturalis* é excluída das ciências históricas. Como diz Paul Veyne, “A ciência, física ou humana, explica certos aspectos, talhados sob medida para suas leis, que ela abstrai dos acontecimentos naturais ou históricos; um naturalista não teria menos razões do que um historiador para queixar-se dela” (Veyne, 1982, p.117).

Tal compreensão da “crise na filosofia da história”⁹, e sua subsequente renovação, entretanto, pode prejudicar um entendimento mais coerente com a complexidade e diversidade da produção histórica da Europa nos Séc. XVIII e XIX, caso esta seja compreendida de maneira unilateral. Conforme Frederik C. Beiser (2011), a separação total entre a História e as Ciências Naturais é característica de autores específicos do século XIX, como Dilthey e Niebuhr (Beiser, 2011, p.4). Outros autores que estão entre os representantes fundamentais da nova concepção de tempo histórico teorizada por Koselleck, como Chladenius, Möser, Herder e Humboldt, derivam diretamente seu método das ciências naturais. Assim, vemos a necessidade de, quando estudamos a historiografia europeia do século XIX, não tomar todos os representantes da filosofia da história e da historiografia em questão como um bloco totalmente coeso. Justamente a disputa e a experimentação caracterizam esse período, de modo que não podemos tomar as conclusões posteriores que tais processos chegaram como o destino manifesto dos projetos destes autores em questão.

No geral, então, identificamos ao longo do Século XIX, e por consequência da

⁸Se seguimos Reinhart Koselleck (2006) em seu ensaio “*Historia Magistra Vitae: Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*” o período entre os séculos XVIII e XIX é marcado pelo fim da concepção de história enquanto “mestra da vida”, em referência à famosa frase de Cícero “*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*”. Para Koselleck, a historiografia ocidental até então servia como um guia prático. Ao longo do processo de desconstrução de tal *topos*, se criou a concepção moderna/contemporânea de história, do passado e do processo histórico enquanto série de acontecimentos, sem a prerrogativa prática da pré-modernidade (Koselleck, 2006, pp. 42-50). Esse processo pode ser capturado, segundo o autor, através da substituição do conceito de “*Historie*” pelo conceito de “*Geschichte*” na intelectualidade alemã, movimento que se conclui por volta de 1750 (Koselleck, 2006, p.48). As diferentes escolas posteriores de historiografia e filosofia da história realizariam suas disputas em torno dessa concepção histórica.

⁹Filosofia da história, aqui, é entendido, conforme Zoltan Simon (2019), como as teorias do processo histórico *em si*, e não teorias sobre a prática da escrita da história ou a metodologia concreta do fazer historiográfico, filosofias normalmente subscritas aos campos da Fenomenologia ou da Ontologia.

contemporaneidade à Marx, duas grandes construções intelectuais sobre a história. A filosofia da história especulativa de Hegel e seus seguidores e a Escola Histórica Alemã. Ambas, como demonstraremos posteriormente, foram formadoras para Marx e sua “concepção de história”¹⁰.

Primeiro, a concepção hegeliana de história. Dentre as duas supracitadas, e mesmo entre as que excluimos deste argumento, essa é a qual Marx teve a relação mais íntima desde o início de sua produção até o fim da sua vida. O “hegelianismo” era a concepção filosófica mais popular na Alemanha do início do século XIX (Padial, 2022, p. 23) e, ao longo da segunda metade do mesmo século, foi perdendo prestígio acadêmico, de modo que o próprio Marx em 1873, em posfácio ao Livro I d' O Capital, relata:

Critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana há quase trinta anos, quando ela ainda estava na moda. Mas quando eu elaborava o primeiro volume de O capital, os enfadonhos, presunçosos e mediocres epígonos que hoje pontificam na Alemanha culta acharam-se no direito de tratar Hegel como o bom Moses Mendelssohn tratava Espinosa na época de Lessing: como um “cachorro morto”. Por essa razão, declarei-me publicamente como discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a coquetear aqui e ali com seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária (Marx, 2017, p.91).

Marx, no contexto posterior à publicação de sua grande obra, admite sua apropriação da obra de Hegel, porém, no que interessa aqui, certamente seria um equívoco grosseiro transportar sua leitura para tratar do auge do hegelianismo na Alemanha. O importante aqui é compreender que o impacto de Hegel e sua filosofia na concepção de história da academia europeia (principalmente na alemã) no século XIX perdurou até depois de sua queda de popularidade, com importantes movimentos como o historicismo muitas vezes se organizando em oposição à Hegel, como veremos¹¹.

O texto de Hegel gerou diferentes leituras¹², algumas vezes antagônicas, durante toda a

¹⁰Inicialmente este subcapítulo também incluía uma exposição sobre o positivismo. Entretanto, esse trecho foi removido por entendermos que a relação de Marx com essa corrente ocorreu de forma distinta das duas outras que expomos. O positivismo surge quando nosso autor já tem uma concepção bem definida de história, e sua relação com essa corrente se deu, grosso modo, como uma rejeição unilateral, diferente do historicismo e do hegelianismo com os quais ele se relaciona e se apropria criticamente.

¹¹Além de, é claro, serem elementos fundamentais para entender a obra de Marx, em suas apropriações críticas de Hegel.

¹²Para Rafael Padial (2022) essas derivações podem ser atribuídas às próprias tensões internas na obra de Hegel, cf.Padial, 2022, p.300.n.689.

história de sua recepção, o que, levando em conta o volume de obras se relacionando com este filósofo alemão, significa (de forma parecida com o caso de Marx) que nenhuma exposição sintética dará conta das disputas em torno de sua obra. No que interessa este trabalho, entretanto, podemos dizer que Hegel teorizou uma filosofia da história que trazia em si a noção de progresso histórico (mesmo que não cronologicamente linear) e de um fim da história já laicizado. Há em Hegel uma “História Universal”, um sentido lógico da história humana, sintetizado nas suas aulas na Universidade de Berlim na década de 1820. Na filosofia da história hegeliana, o “Sol nasce no Oriente”, ou seja, a História começa na Ásia e termina na Europa. O caminho percorrido pela História tem como fim a liberdade, “O Oriente sabia- e até hoje sabe- apenas que *um* é livre; o mundo grego e romano, que *alguns* são livres; o mundo germânico sabe que *todos* são livres” (Hegel, 1995, p.93). Eis a síntese da filosofia da história hegeliana. De todo modo, é importante ressaltar que, como um texto inserido na tradição dialética¹³, tão importante quanto o destino é o percurso em si, ou seja, Hegel se dedica a explicar em detalhes todo o caminho percorrido pelo seu “Sol”, pela liberdade humana, não apenas como fundamentação ou mero conjunto de evidências para seu esquema, mas como parte constituinte do mesmo.

Em contrapartida com o entendimento filosófico e especulativo de Hegel, se construiu o que ficou conhecido como “Escola Histórica Alemã”, ou “historicismo alemão”¹⁴. O termo “historicismo” tem origem pejorativa, e seu uso corrente ao longo do século XIX e XX muitas vezes manteve esse caráter¹⁵. O historicismo surge, de acordo com Frederick Beiser (2011), da necessidade de uma reflexão sobre a realidade que se baseasse na História, se opondo a filosofias que identificassem tendências gerais transcendentais, tidas como abstratas (Beiser, 2011, p.19). Desse ponto de partida, os autores da Escola Histórica defendiam a necessidade do entendimento da história como uma ciência, como algo que demandava um método de pesquisa e escrita definido. Beiser entende que o historicismo representou uma quebra com o iluminismo, pois se opunha a ideia de razão transcendental que o iluminismo entendia como universal (Beiser, 2011, p.20). Enquanto Hegel seria uma filosofia transcendente que entendia

¹³cf. DILLENBURG, F. O CAPITAL DE MARX NO INTERIOR DA LONGA TRADIÇÃO DIALÉTICA. *Eleutheria* - Revista do Mestrado Profissional em Filosofia da UFMS, v. 2, n. 3, p. 23 - 37, 28 dez. 2017;

¹⁴O termo “historicismo”, mais fiel ao “*historismus*” alemão, também foi utilizado na língua portuguesa, preferido por autores como Sérgio Buarque de Holanda. cf. CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. **A história em tempos de crise**: Friedrich Meinecke (1862-1954) e os problemas do historicismo alemão. 2017. 331 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2017.p.18.

¹⁵Por exemplo, nos momentos onde Louis Althusser realiza sua defesa da ideia que “o marxismo não é um historicismo” cf. MARTINS, Maurício Vieira. “**O marxismo não é um historicismo**”: acertos e limites de uma tese althusseriana. *Crítica Marxista*, Campinas, SP, v. 19, n. 34, p. 67-85, 2012. Esse historicismo não necessariamente é a Escola Histórica Alemã.

a liberdade e a razão como o *telos* da História, o historicismo, embora baseado num ideal científico e racional, entendia que esses conceitos são construídos historicamente.

Historicismo (*historismus*) foi um termo empregado pela primeira vez por Friedrich Schlegel em 1797, referindo-se ao entendimento que os estudos de estética deveriam levar em consideração o contexto de produção da sua época (Martins, 2009,p.19). Nos filósofos historicistas

os ecos da escola histórica do direito de Friedrich Carl von Savigny e Karl Friedrich Eichhorn se faziam sentir, e historicismo passava a significar um tipo de perspectiva que, por sua ênfase em individualidades históricas, se contrapunha à ótica universal do hegelianismo filosófico. (Martins, 2009, p.19).

Um dos nomes mais importantes da Escola Histórica, no que diz respeito ao campo da historiografia, é Barthold Georg Niebuhr (1776-1831), autor que dedicou boa parte de sua vida à elaboração de uma metodologia científica para a História, junto de nomes como Leopold Von Ranke (1795-1886), Johann Gustav Droysen (1808-1884) e Theodor Mommsen (1817- 1903).

Barthold Niebuhr era filho do explorador, agrimensor e matemático Carsten Niebuhr, um viajante famosíssimo no século XVIII, responsável pela primeira expedição dinamarquesa para a Árabia entre 1761 e 1767 (Momigliano, 1982, p.7). Barthold Niebuhr tornou-se funcionário chefe do banco nacional dinamarquês entre 1799 e 1806, quando assumiu um cargo equivalente no Reino da Prússia. Já nesse período, em 1804, começou suas investigações na história agrária de Roma (Momigliano, 1982, p. 3). Em 1810 torna-se professor de história romana na Universidade de Berlim, junto de Hegel e von Savigny. Em 1813, no contexto das Guerras Napoleônicas, abandona o posto na Universidade de Berlim para servir o exército prussiano. Foi embaixador da Prússia em Roma entre 1816 e 1823, quando retornou a dar aulas na Universidade de Bonn, ministrando os seus cursos de história romana que, anos depois, causaram impacto significativo em Marx, como veremos adiante (Morales, 2020, p.53).

Niebuhr foi precursor no contexto alemão, principalmente por seu “método histórico-crítico” de leitura de fontes, que não apenas influenciou historiadores como Von Ranke e Mommsen, mas também, por exemplo, o geólogo Charles Lyell (Morales, 2020, p.55). A proposta do autor passava pela crítica das narrativas da antiguidade, em especial a dos historiadores romanos Tito Lívio e Pompeu Trogo¹⁶, buscando elencar aquilo que pode ser

¹⁶Pompeu Trogo é um historiador romano cuja principal obra, as *Histórias Filípicas*, não sobreviveu ao tempo. As análises de sua obra são possíveis principalmente através do comentário “*Epítome das Histórias Filípicas de Pompeu Trogo*” de Justino, escrito em algum momento do século II ou III E.C.

considerado confiável ou não, principalmente por meio da filologia (Beiser, 2011, p. 358). A filologia era um elemento central do método de Niebuhr, de forma que ele criticava a construção de uma “história antiga” do classicismo, em detrimento de uma proposta de história romana e história não-romana, baseada no idioma das fontes (Morales, 2020, p.60). A filologia quem “ordena” as histórias particulares, para Niebuhr, como o mesmo explicou no seu curso de História Antiga na Universidade de Bonn:

A ordenação que denomino filológica refere-se ao fato de que nós consideramos a história antiga essencialmente como uma componente da filologia, como uma disciplina filológica, como um meio de interpretação e de conhecimento filológico. Desse ponto de vista as nações cuja literatura é chamada de clássica posicionam-se em primeiro plano e constituem os termos de referência, ao passo que as outras se situam mais ao fundo e se reportam àquelas. Dado que toda a vida fui filólogo, opto por esse tipo de ordenação, que será útil a todos. Em consequência disso, poremos completamente de lado aqueles povos que não têm qualquer relação com a Antiguidade Clássica, como os chineses, os japoneses, os indianos e os que estão para além do Ganges [...]. O centro desta exposição é a Antiguidade grega e romana, e mesmo as histórias do povo hebraico e de nossos antepassados germânicos aí aparecem apenas na medida em que puderem ser relacionadas com a Antiguidade Clássica. Estas, portanto, lhe devem ser subordinadas, mas apenas com base no ponto de vista escolhido, sem que sua importância resulte diminuída por essa razão (Niebuhr, 1852, p.36-37 apud Morales, 2020, p.59).

Outra inovação de Niebuhr, aquela que mais será apropriada por Marx, como veremos adiante, vem não de seu método em si, mas de seus resultados referente à história rural de Roma. Foi Niebuhr um dos principais intérpretes da questão do "*ager publicus*" romano, uma forma de propriedade romana até então sub-teorizada. Ao comparar o caso romano com estudos sobre a questão rural indiana, em especial os "*zamindar*", Niebuhr foi capaz de desenvolver uma análise que especificava o funcionamento desse tipo de propriedade além de uma mera dicotomia entre “propriedade comum” e “propriedade privada” (Momigliano, 1982, p.13).

Leopold von Ranke, que foi aluno de Barthold Niebuhr, também foi um autor destacado da chamada “Escola Histórica”, sendo frequentemente lembrado por seu entendimento da história, em contrapartida ao modelo idealista alemão, que o próprio autor sintetiza quando diz que:

O que vemos evoluir são forças, espirituais em verdade, a própria vida. São energias morais. Não podem ser definidas por meio de abstrações, mas contempladas e captadas; podemos senti-las e compreendê-las... Aqui está o segredo de toda história universal (Von Ranke, 1979, p. 146)

Da mesma forma, foi Von Ranke que afirmou o projeto de “contar a história como ela foi” (Holanda, 1974). Coletivamente, esses autores estabeleceram uma proposta de ciência da História que poderemos resumir na chave de Hector Benoit (1996) como uma “ciência do entendimento”. Essa ciência do entendimento histórico parte de pressupostos que a

historiografia contemporânea tem como lugares comuns, um dos principais deles sendo o “ímpeto relativista” do historicismo, a noção de que cada época histórica possui sua própria verdade, ao contrário dos ideais transcendentais das filosofias da história (Barros, 2012, p.398).

Em relação a essa “cientificidade” da historiografia, Droysen¹⁷ e depois Dilthey se destacam pelas propostas de metodologias específicas para a história como um todo, se contrapondo com as outras ciências- no caso de Droysen, por exemplo, em sua *Historik* de 1858, o autor propõe a diferenciação do “método especulativo” filosófico, do método “físico” das ciências naturais e exatas e do “método histórico” propriamente dito (Barros, 2012, p.413). Aqui podemos identificar tentativas de criar coesão entre as metodologias específicas em relação à prática da investigação do historiador em uma “Ciência Humana” propriamente dita, como faz Dilthey (Barros, 2012, p.414).

Tanto Hegel quanto os historicistas são críticos do jusnaturalismo iluminista¹⁸, em sua primazia absoluta do indivíduo em relação ao desenvolvimento histórico (Grespan, 2002, p.57). Da mesma forma, ambas têm em comum serem resultados intelectuais de interesses políticos dos estados-nacionais em ascensão (Barros, 2012, p.392). Entretanto, suas significativas divergências podem ser sintetizadas da seguinte maneira

Ao invés de dividir as tarefas de tal modo que à história coubesse investigar só a “matéria”, o “conteúdo” dos acontecimentos, e a filosofia se limitasse à “forma” das categorias cognitivas, pelas quais se estabelece a conexão entre eles, Hegel propõe uma perspectiva dialética em que ambas as dimensões se definem por sua “oposição recíproca”. (Grespan, 2002, p.64).

Neste ambiente intelectual que Marx gesta sua concepção de história. Como veremos, Marx possui em comum com os historicistas a crítica às grandes lógicas históricas *apriorísticas* e seus anacronismos, como fica claro na sua irônica observação em *O Capital*: “Dom Quixote já pagou caro por acreditar que a cavalaria andante era compatível com todas as formas de sociedade” (Marx, 2013, p.157, n.33). Por outro lado, Marx não desprezava a construção de análises gerais do processo histórico mas, como veremos no restante deste capítulo, fazia de forma bastante distinta de Hegel e seus fiéis. Podemos dizer que Marx compartilhava com os historicistas a ideia de que cada passado carregava consigo sua

¹⁷Droysen foi um crítico de Niebuhr, argumentando em suas aulas de 1857 que as análises de Niebuhr eram demasiado focadas na questão filológica. Segundo Droysen, por mais que Niebuhr demonstrasse os problemas de Tito Lívio em relação às suas fontes, a questão verdadeira deveria ser o que isso dizia sobre a história de Roma “em si”, ou seja, acreditava que Niebuhr se preocupava demais com a reconstrução da fonte e pouco com o quão “correta” ela estava (Beiser, 2012, p.360).

¹⁸O positivismo francês do XIX, por sua vez, pode ser interpretado como uma “uma reconfiguração conservadora da herança iluminista” (Barros, 2012, p.392).

verdade, mas isso não lhe impedia de buscar certos sentidos gerais da história, embora, de fato, nunca realmente fizesse uma filosofia da história.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA DE MARX ENTRE A IDEOLOGIA ALEMÃ E O CAPITAL

Karl Marx nasceu em 1818 na cidade de Trier, na região da Renânia, à época parte da Confederação Germânica. Seus estudos formais começaram em 1835, quando foi até Bonn cursar direito. Em 1837 entrou em contato com a filosofia de Hegel (Padial, 2022, p.22), começando suas relações com os chamados “jovens hegelianos” ou “hegelianos de esquerda” (Musto, 2018, p.28). Durante sua formação acadêmica recebeu aulas tanto de Hegelianos como Eduard Gans quanto de seguidores da “Escola Histórica do Direito” como Karl Von Savigny (Heinrich, 2018, p.239) . Em 1841 publicou sua tese de doutorado “*Diferença das filosofias da natureza de Demócrito e Epicuro*”¹⁹ pela Universidade de Jena. Após sua titulação, seguiu carreira como jornalista e sob a tutela do seu mentor intelectual Bruno Bauer, até meados de 1842/1843, quando adere à filosofia de outro “hegeliano de esquerda”- Ludwig Feuerbach (Padial, 2022, p.139).

Entre 1843 e meados de 1845 Marx, então, se inseria na tradição do “Socialismo Verdadeiro” Feuerbachiano. Isso muda com o impacto causado pela obra de mais um jovem hegeliano: “*O Único e sua Propriedade*” de Max Stirner [original de 1844] (Padial, 2022, p.394). Nessa obra, Stirner realiza uma crítica contundente à filosofia de Feuerbach, que respondeu apenas com um artigo na revista *Wigands Vierteljahrsschrift*, sem grande sucesso (Padial, 2022, p.414). Marx primeiro escreve suas *Teses Ad Feuerbach*, publicadas postumamente, e depois, junto de seu companheiro Friedrich Engels a série de manuscritos que viriam a se tornar a chamada “*Ideologia Alemã*”²⁰, publicada pela primeira vez em 1932 pela primeira MEGA, à partir do trabalho de David Riazanov e de Vladimir Adoratsky²¹ (Blanke; Carver, 2014). Nas “*Teses*”, embora não cite o nome de Stirner, é notável que os debates propostos envolvem questões parecidas com as quais Stirner levantou. Na “*Ideologia Alemã*”, por outro lado, boa parte do texto trata de Stirner, em uma crítica demolidora na qual

¹⁹Publicada em português pela Editora Boitempo. MARX, Karl. **Diferenças entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro**. São Paulo: Boitempo, 2018.

²⁰Para a questão editorial da Ideologia Alemã, cf. Blank; Carver, 2014.

²¹Que assumiu a edição dos manuscritos que compuseram a obra após a prisão e morte de Riazanov a mando da burocracia stalinista (Padial, 2022, p.424).

Marx e Engels primeiro elaboram o que seria a sua “concepção de história”²² (Marx, Engels, 2007, p.42), em contrapartida ao radical, mas ainda hegeliano, Stirner.

O que Marx e Engels descrevem, sinteticamente, como sua concepção de história é:

desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc.– e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos) (Marx, Engels, 2007, p.42).

Embora não taxassem sua própria concepção como “materialista”, opunham-se ao que chamavam de “concepção idealista de história”, onde se tem a necessidade da primazia do conceito sobre a “história real”, de “explicar a práxis partindo da ideia” (Marx, Engels, 2007, p.43). Como o próprio destacou, rememorando o período de estudos de 1845/1846, no prefácio da obra *Para a crítica da economia política* de 1859:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social (Marx, 2008, p.47).

Partindo do entendimento da importância da “materialidade” nas análises sobre a realidade, ao longo dos manuscritos que compõem a *Ideologia Alemã*, Marx e Engels desenvolveram o conceito de “modo de produção”, que será caro para nós ao longo dessa pesquisa. Os autores sintetizam essa noção:

Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos

²²Em nenhum momento da *Ideologia Alemã* o termo “concepção materialista de história” aparece, nem outros que ficaram consagrados pela tradição posterior, como “materialismo histórico” e seus variantes. Os autores apenas falam de sua “concepção de história” [*Geschichtsauffassung*]. É com essa noção que trabalhamos ao longo desta pesquisa.

são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (Marx, Engels, 2008, p.87)

A partir deste momento (entre 1845-1846) que Marx começa, efetivamente, a ser um comunista, fator que determina toda sua produção até a sua morte (Padial, 2022). Entretanto, seria leviano admitir uma homogeneidade na obra de Marx a partir daí. Muito mais preciso seria dizer que a partir de 1846 que as bases do pensamento de Marx estão estabelecidas, com as transformações posteriores do autor partindo dos pressupostos ali descritos²³. Após esse período, Marx torna-se crítico de trabalhos que tratam da humanidade em abstrato, a-historicizada, como ele mesmo fazia durante sua fase democrática-liberal e na sua fase “socialista verdadeira” (Heinrich, 2013, p.201).

No contexto do fervor revolucionário europeu em 1848, Marx, novamente junto de Engels, publicou um de seus textos mais célebres, o *Manifesto do Partido Comunista*. Apesar do seu caráter panfletário e agitativo, a concepção de história dos autores, previamente elaborada na “*Ideologia Alemã*”, aparece logo de início, no famoso trecho onde²⁴:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e jornaleiro, numa palavra, opressor e oprimido, estiveram em constante oposição um contra o outro. Realizavam uma luta ininterrupta, ora escondida, ora aberta, uma luta que sempre terminou ou numa reconstrução revolucionária da sociedade inteira ou na ruína de ambas as classes em luta. Nas primeiras épocas da História, encontramos quase que em toda parte uma complicada divisão da sociedade em várias ordens, e uma múltipla gradação das camadas sociais. Na Antiga Roma tivemos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos. Na Era Medieval, senhores feudais, vassallos, mestres de corporação, jornaleiros, aprendizes, servos, e ainda encontramos dentro de todas estas classes, mais uma vez, novas gradações de subordinação. A sociedade burguesa moderna que surgiu das ruínas da sociedade feudal não aboliu os antagonismos de classe. Ela só fez estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas. Nossa época, a época da burguesia, possui, contudo, esta característica diferente: ela simplificou os antagonismos de classe. A sociedade como um todo está cada vez mais se dividindo em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente uma contra outra: a burguesia e o proletariado (Marx, Engels, 2017, p.14-15).

Ou seja, no Manifesto, a história contém em si a constante da luta de classes, e em sociedades passadas como a Roma Antiga e a Europa Medieval, essas classes eram múltiplas. Com a sociedade capitalista, porém, se conformou uma bipolaridade central entre a classe burguesa,

²³Uma concepção que os autores “nunca se afastaram... em substância” após sua formulação (Kratke, 2023, p.14).

²⁴Na afirmação “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” Engels, em edição de 1888, adicionou em nota de rodapé a ressalva: “Isto é, toda a história escrita. A pré-História, organização social anterior à história escrita, não era conhecida em 1847. Posteriormente, Haxthausen descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Maurer mostrou que esta era a base social da origem das tribos teutônicas e, aos poucos, verificou-se que a comunidade rural era a forma primitiva da sociedade, desde a Índia até a Irlanda. Morgan ao estudar a verdadeira natureza da gens e de sua relação com a tribo desvendou a forma típica de organização interna desta sociedade comunista primitiva. Somente após a dissolução destas comunidades primitivas a sociedade passou a se dividir em classes. Em A Origem da família, da propriedade privada e do Estado, procurei traçar este processo de dissolução” (Marx, Engels, 2017, p.14, n.4).

possuidora, e a classe trabalhadora, despossuída. Os autores reconhecem a existência de outras classes sociais no capitalismo, como a pequena-burguesia e o campesinato, mas tratam elas como aquém dos pólos em conflito, destinadas a se acoplarem, nos momentos decisivos, com um dos “grandes campos hostis” da sociedade.

Com o fim do processo revolucionário de 1848 e 1849 na Europa, Marx foi exilado de Colônia, onde estava estabelecido, e partiu para Londres. Ao longo da década de 1850 seu principal foco de estudo foi a Economia Política, onde, através das anotações publicadas pela MEGA-2, é perceptível que a preocupação de Marx sempre passava por historicizar as discussões deste campo (Hecker, 2019, p.105). Na década de 50 Marx preocupou-se principalmente com a temática da crise no sistema capitalista, que viria a concretizar-se em 1857, quando eclode a primeira grande crise global do capitalismo (Musto, 2018). Quando, em 1859, Marx publica o primeiro “resultado” do seu processo de estudo e crítica da economia política, não à toa a questão da sua concepção de história aparece logo no prefácio.

O prefácio de 1859 foi lido, muitas vezes, como uma formalização do esquema da filosofia da história de Marx²⁵. Apesar disso, o próprio Marx demonstrava seu desdém por esse tipo de construto filosófico, como ele expôs em carta de 1 de Fevereiro de 1858 para Engels, enquanto comenta sobre a obra “*Heráclito, o obscuro*” de Ferdinand Lassalle: “uma coisa é construir uma crítica de uma ciência e assim pela primeira vez levá-la ao ponto em que uma exposição dialética é possível, e outra coisa bem diferente é aplicar um sistema lógico abstrato, já feito” (M&E, 1972, p.96 apud Machado, 2020, p.147). O caráter esquemático e aparentemente abstrato da historicização feita pelo Marx de 59, como veremos mais adiante, se complexifica ao longo de sua obra.

Entre 1857 e 1858, no mesmo contexto, Marx estava redigindo os cadernos que compuseram o que é publicado atualmente²⁶ sob o título de “*Grundrisse: Esboços para a crítica da Economia Política*”, publicados pela primeira vez na União Soviética em 1939. Sua preocupação principal, naquele contexto, não era meramente a análise dos temas que ele aborda em seus rascunhos, mas um estudo sobre a possibilidade revolucionária em uma (para o autor, iminente²⁷) situação de crise (Tomba, 2013, p.395). Nesta “obra”²⁸ observamos o

²⁵Por exemplo, cf. COHEN, Gerard. **La Teoría de la historia de Karl Marx: una defensa**. Madrid: Pablo Iglesias, Siglo XXI, 1986.

²⁶Sobre a publicação das Grundrisse, cf. Rosdolsky, 2001.

²⁷Como ele diz em carta para Friedrich Engels em 8 de dezembro de 1857 “estou trabalhando como louco a noite toda e todas as noites, reunindo meus estudos econômicos para que eu ao menos consiga deixar os esboços claros antes do dilúvio” (Marx, Engels, 1983, p.214 apud Tomba, 2013, p.394, tradução nossa). A preocupação de Marx com o tal “dilúvio” implicava não apenas em concluir seus estudos e ter uma base para compreender o fenômeno, mas implicava também em conseguir organizar politicamente o proletariado para tal situação.

²⁸Esses cadernos serviram como base do estudo publicado em 1859. “*Para a crítica da Economia Política*”. Marx diz em carta a Ferdinand Lassalle de novembro 1858 que essas anotações eram “monografias escritas em

papel da história em sua pesquisa, principalmente no trecho que ficou conhecido como “*Formas que precedem a produção capitalista*”²⁹ (Marx, 2011a p.388-423), ou, como usaremos daqui para frente, “*Formen*”.

Este extenso trecho das anotações de Marx, resumidamente, descreve a longa separação entre os produtores e o processo produtivo. Como o próprio autor diz

um pressuposto do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital são o trabalho livre e a troca desse trabalho livre por dinheiro a fim de reproduzir e valorizar o dinheiro, a fim de ser consumido pelo dinheiro não como valor de uso para a fruição, mas como valor de uso para o dinheiro, outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização – do meio de trabalho e do material de trabalho. (Marx, 2011a, p.388)

O fundamento histórico desse pressuposto para o Capital e o capitalismo é o objeto da investigação e exposição de Marx nesse trecho. Dessa forma, a “dissolução da pequena propriedade livre de terras, bem como da propriedade comunitária baseada na comunidade oriental” (Marx, 2011a, p.388) é o resultado de um longo processo histórico, que teria seu princípio na “comunidade natural”, o “pressuposto da apropriação (temporária) e utilização coletivas do solo”, passaria pela “forma asiática” de propriedade, onde surge o Estado, uma “unidade coletiva” que se situa acima dos pequenos produtores (Marx, 2011a, p.389).

No caso romano, citando principalmente a *Römische Geschichte* de Barthold Niebuhr, Marx entende que a criação de uma propriedade privada, separada da propriedade comunitária, o *Ager Publicus*, é uma derivação da “segunda forma” de sociedade que ele expõe adiante (Marx, 2011a, p. 391). Neste caso, a “primeira forma” é a comunidade tribal derivando-se em “forma asiática”, onde inexistente a propriedade (Marx, 2011a, p.389), enquanto a segunda é uma comunidade semelhante a primeira, mas com a cidade sendo a “sede” da sociedade, mesmo que essa sociedade seja composta principalmente por proprietários de terra (Marx, 2011a, p.390). A “terceira forma” existe apenas “propriedade coletiva, e só posse privada” (Marx, 2011a, p.393). Como o próprio Marx sintetiza:

A história da Antiguidade clássica é [a] história da cidade, mas de cidades fundadas na propriedade de terra e na agricultura; a história asiática é uma espécie de unidade indiferente de cidade e campo (nesse caso, as cidades realmente grandes têm de ser consideradas unicamente como acampamentos principescos, como superfluidade acrescida à construção econômica propriamente dita); a Idade Média (época germânica) parte da terra como sede da história, cujo desenvolvimento posterior se desenrola então como oposição entre cidade e campo; a [história] moderna é a urbanização do campo, não a ruralização da cidade, como entre os antigos (Marx, 2011a, p. 395).

períodos diversos para meu próprio esclarecimento, não para publicação” (Marx, K. apud Hobsbawn, 1975, p.14).

²⁹No Brasil este excerto foi popularizado pelo título alternativo de: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Estabelecidas as formas sociais que Marx busca analisar, o restante da exposição (de novo, sendo bastante sintético) serve para fazer a relação entre essa separação (entre a propriedade e a comunidade, com o advento da *propriedade privada*) e a separação entre produtor e proprietário, identificável como elemento fundamental do capitalismo. A exposição histórica de Marx nas *Formen* não faz uma história cronológica da sucessão entre as formas até a chegada do capitalismo, nem mesmo faz uma história de como cada uma acabou para a chegada da outra. As “formas” aqui não são sucessivas, mas são ou pressupostos da forma capitalista, ou servem como contraste, como negativo³⁰. Na interpretação do filósofo italiano Massimiliano Tomba, Marx faz uma “história evolucionária” articulada de uma “história repetitiva”, buscando entender a “quebra histórica” causada pelo advento da forma capitalista de sociedade (Tomba, 2013, p.395). Hector Benoit, por sua vez, enxerga em Marx uma perspectiva histórica que articula ao mesmo tempo o ponto de vista diacrônico e o ponto de vista sincrônico do processo histórico (Benoit, 2004b).

O que “importa observar”, de acordo com o próprio Marx, na exposição das *Formen*, é, em primeiro lugar, a centralidade da produção agrária nas sociedades descritas pelo texto, produção essa voltada para valores de uso, e focadas na reprodução do indivíduo (Marx, 2011a, p.397). Assim, a “apropriação da condição natural de trabalho” é um pressuposto que aparece³¹ como um “modo de existência objetivo”, uma condição tão natural para aquelas sociedades quanto o próprio corpo humano. Ao longo da reprodução dessas formas, porém, em sentido contraditório, aparecem as condições para sua dissolução:

Se o indivíduo singular altera sua relação com a comunidade, então, ele altera a comunidade e atua destrutivamente sobre ela, bem como sobre seu pressuposto econômico; por outro lado, a mudança desse pressuposto econômico – produzido por sua própria dialética, empobrecimento etc., especialmente a influência da guerra e da conquista, que, em Roma, por exemplo, é parte essencial das próprias condições econômicas da comunidade – abole o vínculo real sobre o qual ele se fundamenta. (Marx, 2011a, p.398).

Porém, novamente, Marx não está preocupado exclusivamente com as lógicas históricas daquelas sociedades *em si*, mas como essas dissoluções tornam-se, por sua vez, pressupostos da forma burguesa de sociedade, ao longo de processos históricos como a monetarização da

³⁰Sobre a questão do “negativo” cf. BENOIT, Hector. O negativo em Marx. **V Colóquio Internacional Marx/Engels**.2007.disponível em:

https://unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao3/hector_benoit.pdf e SILVA, U. G. . Os Modo(s) de produção asiático(s) e o Orientalismo em Marx. **REVISTA DE ESTUDOS ORIENTAIS**, v. 8, p. 44-56, 2011.

³¹Desde já notamos a importância do “aparecer” nas análises de Marx. Em *O Capital*, a primeira frase já carrega consigo esse conceito: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista **aparece** como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (Marx, 2017, p.113. Grifo nosso). Utilizar como ponto de partida aquilo que é imediato, sensível ao corpo e então partir disso para o abstrato é o movimento expositivo consagrado não apenas em Marx, mas em diversos textos dialéticos (Dillenburger, 2023, p.13).

economia (p. 419), e a primazia da produção para o mercado no geral, percebemos que, assim como dito logo no primeiro parágrafo do texto, esses elementos derivam a “produção de capitalistas”, impossível de ocorrer de maneira imanente daquelas sociedades, sem que haja sua dissolução (p.422).

Aqui percebemos que, na escrita de Marx, as exposições históricas, principalmente aquelas cronologicamente mais afastadas do presente, podem ter a função de traçar um fundamento de algum elemento do presente capitalista, como por exemplo:

O dinheiro pode existir, e existiu historicamente, antes que exista o capital, antes que existam os bancos, antes que exista o trabalho assalariado etc. A partir desse ponto de vista, portanto, pode ser dito que a categoria mais simples pode expressar relações dominantes de um todo ainda não desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo desenvolvido que já tinham existência histórica antes que o todo se desenvolvesse no sentido que é expresso em uma categoria mais concreta. Nesse caso, o curso do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao combinado, corresponderia ao processo histórico efetivo. (MARX, 2011, p. 80).

A outra função é a de ilustração de certo argumento, seja como exemplo de similaridade, seja de diferença, de contraste. Nestas, Marx também ressalta o caráter fundamentalmente histórico das relações sociais, mas não se preocupa diretamente com a relação direta entre passado-presente. Essa segunda função, que poderíamos classificar como retórica, aparece nas *Grundrisse* por exemplo em:

Não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital. Na relação de escravidão ou de servo não ocorre essa separação; ao contrário, uma parte da sociedade é tratada pela outra como simples condição inorgânica e natural de sua própria reprodução. O escravo não está em qualquer relação com as condições objetivas do seu trabalho; mas o próprio trabalho, seja na forma do escravo, seja na do servo, é arrolado entre os demais seres naturais como condição inorgânica da produção, ao lado do gado ou como apêndice da terra. (Marx, 2011, p.401).

Em outro trecho das *Grundrisse*, Marx esclarece seu entendimento da função geral da recapitulação histórica para seu projeto. É evidente que Marx nas *Formen*, por exemplo, não está em nenhum momento contando a história antiga *em si*, mas utilizando ela como uma ferramenta para outro fim. Como ele mesmo explica nas *Grundrisse*:

o nosso método indica os pontos onde a análise histórica tem de ser introdutória, ou onde a economia burguesa, como simples figura histórica do processo de produção, aponta para além de si mesma, para modos de produção anteriores. Por essa razão, para desenvolver as leis da economia burguesa não é necessário escrever a *história efetiva das relações de produção* (Marx, 2011a, p.378).

Apesar disso, porém, é necessário compreender que, apesar de não estar buscando escrever tal “história efetiva das relações de produção”, Marx não está propondo que a investigação

histórica tenha a liberdade de não respeitar qualquer método científico. Como ele mesmo complementa a afirmação anteriormente citada:

Mas a sua correta observação [da história das relações de produção] e dedução, como relações elas próprias que devieram históricas, levam sempre a primeiras equações – como os números empíricos, p. ex., nas ciências naturais – que apontam para um passado situado detrás desse sistema. Tais indicações, juntamente com a correta apreensão do presente, fornecem igualmente a chave para a compreensão do passado – um trabalho à parte, que esperamos também poder abordar. Por outro lado, esse exame correto também leva a pontos nos quais se delinea a superação da presente configuração das relações de produção – e, assim, o movimento nascente, a prefiguração do futuro. Se as fases pré-burguesas aparecem como simplesmente históricas, i.e., como pressupostos superados, de maneira que as condições atuais da produção aparecem abolindo a si mesmas e pondo-se, conseqüentemente, como pressupostos históricos para um novo estado de sociedade (Marx, 2011a, p.378).

Ou seja, Marx esclarece que a busca por “apreender” o passado seria um “trabalho à parte” que, embora indique que também seja interessante, não faz parte do projeto que estava elaborando naquele momento. Além disso, Marx enxerga o movimento das “fases históricas” se auto abolindo, de forma que criam as condições para novas formas de sociedade. Historicamente, como já ficou claro, se desenvolveram as condições da sociedade burguesa e este, da mesma forma, em seu próprio movimento cria as condições de sua abolição, abolição esta que é o principal objetivo de Marx.

Após a redação do que veio a ser as *Grundrisse* e a sua obra *Para a Crítica da Economia Política*, Marx dedicou-se a aprofundar ainda mais o seu projeto de Crítica da Economia Política, inicialmente pensado no formato de seis livros (Rosdolsky, 2001). Em 1863 temos a primeira grande evidência do abandono deste projeto, com a elaboração do projeto dos 4 livros do que viria a ser *O Capital: Crítica da Economia Política*³². Karl Marx abandonaria a estrutura de 6 livros e seu caráter temático por uma estrutura focada em processos do movimento do capital (Rosdolsky, 2001, p.28-29).

O primeiro volume de *O Capital*, intitulado *O processo de produção do capital* é publicado pela primeira vez em 1867, contando com uma importante reedição em 1873 (Marx, 2013). Nesta obra, é imperativo entendermos que a função das passagens históricas que Marx traz está subordinado a uma lógica expositiva. Essa lógica expositiva é descrita pelo próprio autor no posfácio da segunda edição de 1873 onde, comentando as críticas que o livro recebera, principalmente pela sua “sofística hegeliana”, explica seu “método”:

³²Os 3 primeiros volumes, então, seriam “o processo de produção do capital”, seguido por “o processo de circulação do capital” e “o processo global da produção capitalista”. Por fim, haveria um livro dedicado à teoria econômica, que foi chamado de “teoria da mais valia” por Karl Kautsky, publicado inicialmente como “livro 4 do Capital”, baseado no título de um manuscrito de Marx escrito entre 1861 e 1863. Apenas o livro 1 foi publicado em vida, com os outros todos sendo editados postumamente por Friedrich Engels e Karl Kautsky.

deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori (Marx, 2013, p 90).

Esse “modo de exposição”, porém, não é mais uma forma de encontrar uma “verdade neutra” ou “científica”, mas tem como finalidade, não só a exposição “científica” da lógica e das contradições do sistema capitalista, mas também a construção de um *programa político* (Benoit, 1996), coerente com a literatura que construiu uma “longa tradição dialética” (Dillenburg, 2017). O ponto da particularidade epistemológica de *O Capital* é relevante desde as primeiras recepções do livro, mesmo após os esclarecimentos de Marx no prefácio que mencionamos, como um dos fundadores da sociologia moderna, Émile Durkheim, notou:

falando de maneira mais precisa, não pode existir socialismo científico. [...] Veja-se mesmo a obra a mais forte, a mais sistemática, a mais rica em idéias que produziu essa Escola: O capital de Marx. Quantos dados estatísticos, quantas comparações históricas, quantos estudos seriam indispensáveis para destrinchar qualquer uma das inumeráveis questões que lá são tratadas! [...] Qualquer um que tenha consciência disto que deve ser a ciência social, da lentidão de seus procedimentos, das laboriosas investigações que ela supõe para resolver mesmo as questões mais restritas, não pode entusiasmar-se com estas soluções apressadas e com estes vastos sistemas tão sumariamente esboçados (Durkheim, 1928 apud Benoit, 1996, p. 15, n.2).

Da perspectiva de Marx e do marxismo, porém, é importante a noção que Hector Benoit traz ao comentar sobre críticas neste sentido:

Durkheim, corretamente, nega a "cientificidade" da "ciência social" ao Capital, mas como se Marx estivesse aquém da cientificidade analítica do entendimento, quando, na verdade, Marx está além da cientificidade do entendimento, isto é, está em uma cientificidade dialética, isto é, crítica e ... revolucionária (Benoit, 1996, p.15, n.2)

Essa discussão é fundamental quando se trata do pensamento maduro de Marx, pelo entendimento de que o autor nunca se propôs a fazer “ciência” no sentido acadêmico contemporâneo, ou seja, no sentido que Benoit chama em seu artigo de “ciência positiva”. O que Marx entenderia como seu método se aproxima do que poderíamos chamar de “ciência negativa”, ou propriamente uma crítica do pensamento burguês, compreendendo que há uma impossibilidade de um passado reificado e não relacionado com as lutas do presente³³.

³³De forma bastante eloquente, já na década de 1950, o revolucionário napolitano Amadeo Bordiga sintetiza essa perspectiva, escrevendo que: “O objetivo de nosso estudo sobre Marx, quer dizer sobre o programa da revolução comunista internacional, é estabelecer que nenhuma separação existe entre as teses econômicas, históricas, filosóficas ou políticas, entre tal ou qual escrito, estudo, análise, programa ou proclamação e que se, nas páginas do Capital, encontra-se ciência bastante para fazer tremer as veias dos cães acadêmicos, encontramos também a cada linha e a cada etapa todo o inflamado programa da revolução anticapitalista. Nossa ciência não é a resposta à pergunta imbecil: “O que é o capital?”, mas a demonstração de que o capital morrerá e de que sua morte será violenta; mais ainda, como veremos, o capitalismo de hoje – o hoje de Marx tanto como o nosso – já está morto e não existe. Bem diferente da biologia do capital, nossa ciência é sua necrologia” Bordiga apud RODRIGUES, Leonardo Campos. **Origens italianas do novo marxismo: Elementos para uma crítica do Estado e do direito sob a dominação real do capital.** Tese de Láurea (direito). São Paulo: Universidade de São Paulo. 2022, p.84-85.

Em *O Capital*, também, Marx deixa clara a sua repulsa à atitude da Economia Política de universalizar certa forma de sociedade, a forma burguesa, para todos os períodos históricos. Essa atitude Marx apelidou ironicamente de “robinsonadas”, em referência à famosa obra *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe.

Tendo isso em vista, em *O Capital* encontramos a expressão mais madura da distinção entre sua abordagem de exposição da História. As categorias na obra entram em movimento através da exposição, partindo de dimensões abstratas para concretas, e vice-versa, em um movimento expositivo que só ganha sentido quando entendido no todo. Assim, da mesma forma que nas *Grundrisse*, é possível identificar os usos do passado como fundamento de alguma categoria do presente, ou como ilustração argumentativa. Entretanto, quando se trata do livro 1 de *O Capital*, quando em contraste com boa parte das obras anteriores e com os outros volumes publicados postumamente, vemos uma forma muito mais acabada do pensamento de Marx. Tanto as *Grundrisse* quanto boa parte do que virou *O Capital* volumes 2, 3 e até 4, nunca passaram de cadernos e anotações feitas por Marx. Sendo assim, a exposição (que, por sua vez, busca atestar o “movimento real”) se forma em uma combinação entre o lógico e o histórico, de modo que:

o caráter histórico das categorias não reside no fato de elas se sucederem em *O Capital* na ordem em que foram historicamente determinantes, mas de se sucederem na ordem que especifica e determina cada vez mais uma forma histórica particular, com as determinações que lhe são próprias. A tão alardeada necessidade lógica no encadeamento das categorias segue, desse modo, a lógica de sua particularização ou determinação histórica. Por essa ótica, se as categorias são historicamente determinadas, não é apenas por terem sido constituídas historicamente em um passado situado por trás da lógica de exposição de *O Capital*. Ao contrário, o próprio modo de exposição se mostra, em seu transcurso absolutamente necessário enquanto histórico. O caminho que vai do abstrato ao concreto é, ao mesmo tempo, o caminho do a-histórico ao histórico (Machado, 2018, p. 267)

Este “caminho do a-histórico ao histórico” explicaria, por exemplo, a estrutura do livro 1, onde partimos do elemento mais aparente da sociedade capitalista, em um caráter puro, abstrato. No decorrer do livro, por meio da dissecação deste elemento fundamental, expondo suas contradições externas e tensionando sua própria característica abstrata, se encaminha a concretude da violência que fundamenta a sociedade capitalista, no famoso capítulo 24 “*A assim chamada acumulação primitiva*”, onde, superadas todo o “misticismo” das categorias sociais, “abstrações reais”, nos termos de Sohn-Rethel (1978), há uma análise propriamente histórica do estabelecimento do capitalismo (Dillenburg, 2023, p.152). Sem a abstração como ponto de partida, não poderia ser “capturado o movimento real”³⁴ tanto dos resultados da

³⁴Em certo trecho do que se tornou a “*Ideologia Alemã*”, Marx escreve que “o comunismo não é para nós um estado de coisas [*Zustand*] que deve ser instaurado, um Ideal para o qual a realidade deverá se direcionar.

investigação como da consciência política dos trabalhadores na luta pela superação do sistema capitalista (Benoit, 1997).

2.3 A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA DO VELHO MARX (1873-1883)

Após a publicação da edição revisada do primeiro livro d' *O Capital*, Marx entra nos últimos dez anos de sua vida, período que foi caracterizado por alguns autores como sendo “pouco produtivo” (Musto, 2023, p.21). Entretanto, a despeito da fragilidade de saúde que marca Marx no fim de sua vida, o que a pesquisa do arquivo pessoal do autor revela é uma intensa atividade intelectual, com um volume de estudos que, inferimos, seriam incorporados aos livros 2 e 3 de *O Capital*. Seus estudos avançaram em uma série de áreas do conhecimento que não cabem no escopo deste trabalho, como a matemática e as ciências naturais, os estudos em diferentes idiomas, registros parlamentares e relatórios de governo, dentre vários outros (Musto, 2023, p.22).

Nesse contexto, chama atenção suas pesquisas em relação às sociedades pré-capitalistas. A questão da terra nos países “atrasados” como a Rússia e a Índia foram de grande interesse para o autor. A questão russa, em especial, foi estudada por Marx com afinco, que aprendeu o idioma e leu uma série de obras que tratavam do tema. Um “resultado” dessa pesquisa se encontra nos esboços direcionados à militante revolucionária russa Vera Zasulich³⁵ que, em fevereiro de 1881, escreveu para Marx, questionando se a Rússia necessitava de um desenvolvimento capitalista parecido com aquele descrito em *O Capital*, posição compartilhada por alguns “marxistas” da época:

Nos últimos tempos, ouvimos dizer com frequência que a comuna rural é uma forma arcaica, condenada à morte, como se fosse a coisa mais indiscutível, pela história, pelo socialismo científico. As pessoas que apregoam isso se dizem vossos discípulos por excelência: “marxistas”. Seu argumento mais forte muitas vezes é: “Foi Marx quem disse isso”. Quando se objeta: “Mas como vós deduzis isso de seu *O Capital*? Ele não trata da questão agrária e nunca fala da Rússia”, eles replicam, de um modo talvez um tanto temerário: “Ele o teria dito se tivesse falado do vosso país”. Vós compreendeis, portanto, Cidadão, até que ponto vossa opinião sobre essa questão nos interessa e como é grande o serviço que vós nos prestaríeis, expondo vossas ideias sobre o possível destino de nossa comuna rural e sobre a teoria da necessidade

Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento resultam dos pressupostos atualmente existentes” (Marx, Engels, 2013, p.38, grifo nosso).

³⁵Vera Zasulich participava de grupos de inspiração anarquista e nihilista, tendo como principal ato político até então a tentativa de assassinato do prefeito de São Petesburgo, em janeiro de 1878 (Sayer, 1983. p.163). Após esse incidente, se juntou aos “marxistas” russos, fundando, em 1895, o grupo “Emancipação do Trabalho” onde militou, dentre outros, um jovem Vladimir Ulianov. Vera Zasulich e seus companheiros se juntaram ao Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR) em 1903. No mesmo ano, no 2º Congresso do Partido, ocorreu a divisão entre Bolcheviques e Mencheviques, com Zasulich optando pela segunda fração, dirigida por Martov, ficando no grupo até 1914, quando se juntou à fração “Yednstvo” do Partido, por opor-se à Primeira Guerra Mundial. Ademais, apesar de ter rompido com os mencheviques, se opôs à Revolução de Outubro de 1917. Por fim, faleceu em 8 de Maio de 1919, em Petrogrado, vítima de uma pneumonia. Sobre Zasulich, cf. BERGMAN, Jay. **Vera Zasulich**: A Biography. Stanford: Stanford University Press, 1983.

histórica de que todos os países do mundo passem por todas as fases da produção capitalista. (Zasulich, 1881 *In* Marx, 2013, p.74).

A resposta de Marx à tal indagação pode ser sintetizada como: “não”. Para Marx, em março de 1881, era necessário um estudo aprofundado da comuna rural russa, que era vista pelo autor como uma particularidade histórica da sociedade russa³⁶, pois todas as outras sociedades que tiveram uma instituição semelhante já a teriam dissolvido, como o caso da “comuna germânica” (Marx, 2013, p.95). Assim, para estudar a possibilidade de uma Revolução Russa, para Marx, esse elemento era fundamental, assim como a questão da possibilidade de dissolução de tais comunas que, apesar de ter sido um processo ocorrido na Europa, não era enxergado pelo autor como alguma forma de destino manifesto da história russa. Sendo assim, o autor conclui que

o estudo especial que fiz dessa questão, para o qual busquei os materiais em suas fontes originais, convenceu-me de que essa comuna é a alavanca [*point d'appui*] da regeneração social da Rússia; mas, para que ela possa funcionar como tal, seria necessário, primeiramente, eliminar as influências deletérias que a assaltam de todos os lados e então assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo (Marx, 2013, p.105).

O interessante dessa troca de Marx com Zasulich é a demonstração de sua descrença na inevitabilidade histórica daquilo que descreveu em *O Capital*. Naquela obra, embora contenha em si os elementos fundamentais da forma capitalista de sociedade, a análise que ele faz da questão fundiária e da “sucessão dos modos de produção” estava explicitamente circunscrita à Europa ocidental (Marx, 2013, p.104).

Da mesma forma observamos que Marx, ao tratar dos outros objetos de pesquisa que teve no final de sua vida, percebe a importância da particularidade histórica de cada formação social. Observamos essa preocupação em suas leituras da obra do antropólogo russo Maksim Kovalevsky, o dedicou a entender a questão da transformação causada pelo fim dos Impérios Inca e Asteca no início da colonização das Américas (Musto, 2023, p.23), ou também em seus estudos sobre a Índia e a Austrália (Musto, 2023, p.29). A tendência das pesquisas de Marx era a de aprofundar aquelas afirmações que havia feito publicamente em 1859. Sempre com a preocupação de construir seu projeto de *Crítica da Economia Política* e de solidificar os alicerces da sua proposta revolucionária (Musto, 2023, p.31).

Na década de 1880, em seus três últimos anos de vida, destacam-se as leituras que fez da obra *Ancient Society* do antropólogo americano Lewis Morgan, cujas anotações foram compiladas nos assim chamados “*Cadernos Etnológicos*”, publicados pela primeira vez na

³⁶Apesar disso, Kevin B. Anderson (2019) argumenta que esse estudo sobre as formas comunais russas não seria limitado à Rússia, mas também faria uma comparação com a Índia e outras sociedades não ocidentais (Anderson, 2019, p.345).

íntegra em 1972³⁷. Estes cadernos, originalmente, não contém apenas anotações sobre a obra de Morgan, mas também sobre John Budd Phear, Henry Sumner Maine e John Lubbock³⁸. O destaque às anotações sobre Morgan, em parte, devem-se à atenção especial que Friedrich Engels deu para este conjunto documental na sua obra “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” (2019) publicada originalmente em 1884, um ano após a morte de Marx. Nessa obra, Engels afirma que está, em sua publicação, apenas completando a intenção prévia de Marx em publicar uma síntese entre suas pesquisas e aquelas de Morgan, em suma, sua obra apenas seria a “execução de um testamento” (Engels, 2019, p. 19). Engels, entretanto, não apresenta nenhuma evidência de sua afirmação³⁹. Por outro lado, a questão dos *Cadernos Etnológicos* e sua recepção também passa pela forma que Lawrence Krader organizou sua publicação “na íntegra” dos cadernos, baseando-se no seu entendimento que .

A MEGA-2 pretende, pelo menos até o momento da redação deste texto, publicar estes cadernos na íntegra no volume IV/27 da sua coleção, intitulado “*Antropologia, sociedades não-ocidentais, gênero, história da propriedade da terra*” (Álvares, 2019, p.38). Na organização deste volume, já é possível um panorama dos interesses que Marx apresentava nessa época. Em um dos cadernos, o primeiro da futura edição da MEGA-2, a maior parte das anotações dedicam-se a história da Índia, baseado principalmente em Robert Sewell, um funcionário público colonial na Índia⁴⁰. Os outros se dedicam a América do Sul, Argélia, Índia e América Central, revoltas de escravos em Roma, família e classes sociais em Roma, sociedades nativo americanas, colonialismo holandês na Indonésia, direito romano e franco, sociedades tribais, “pré-história” europeia e finanças no Egito (Anderson, 2002, p.91).

De acordo com Engels, no prefácio de sua obra, “foi Morgan quem redescobriu na América do Norte a concepção materialista da história descoberta por Marx quarenta anos antes e, ao comparar barbárie com civilização, foi levado por ela, no que diz respeito a seus pontos principais, aos mesmos resultados obtidos por Marx” (Engels, 2019, p.19). Entretanto,

³⁷cf. MARX, Karl. **The Ethnological Notebooks of Karl Marx** (Org. Lawrence Krader). Assen: Van Gorcum & Comp. N.V., 1972..

³⁸As obras específicas anotadas são *The origin of civilization*, de John Lubbock, edição de 1870; *Lectures on the early history of institutions*, de Henry Sumner Maine, edição de 1875; e *The Aryan village in India and Ceylon*, edição de 1880 (Álvares, 2019, p.34).

³⁹Apesar disso, durante anos os comentadores de Marx e a tradição marxista tomaram essa afirmação como verdade. O revolucionário italiano Amadeo Bordiga, por exemplo, em comentário de 1951 à obra de Engels, afirma a estreita corroboração entre o texto de Engels e a obra de Marx, cf. BORDIGA, Amadeo. *Avanti, Barbari!* In: N-1, **Quaderni di n+1**. Torino: n-1, 2018, pp.30-42. Da mesma forma, autores como Hal Draper, em 1970, escreveram que a obra de Engels tratava-se de um “trabalho conjunto” entre Marx e Engels (Álvares, 2019, p.33). Somente após a publicação dos manuscritos por Lawrence Krader em 1972 que foram possíveis pesquisas mais aprofundadas sobre a questão das semelhanças e diferenças entre o livro de Engels e a sua “fonte”- os cadernos de Marx.

⁴⁰Marx leu outros vários autores sobre a Índia nesse período, como Mountstuart Elphinstone, James Mill, Richard Ramsbotham, John Clark Marshman, Robert Rickards e Henry Miers Elliot (Machado, 2020, p.97).

quando nos deparamos com as anotações de Marx, é possível identificar uma significativa mudança de atitude em relação à História. Sem pretender esgotar a questão⁴¹, um trecho que pode ilustrar esse ponto é o comentário de Marx referente à análise do Morgan sobre o surgimento de um cargo militar entre os iroqueses chamado de “*Hos-gä-ä-geh'-da-go-wä*”, o “grande soldado de guerra” (Álvares, 2019, p.19). Morgan, sobre isso, afirma que “A introdução deste cargo, como elemento permanente de governo, foi um grande acontecimento na história do progresso humano.” (Morgan, 1980, .175, apud, Álvares, 2019, p.19), enquanto Marx, por sua vez, anotando sobre o mesmo tópico, diz que “A introdução deste cargo, como elemento permanente de governo, foi um acontecimento desastroso na história do progresso humano.” (Marx, 1972, p. 173, apud, Álvares, 2019, p.19).

O outro manuscrito que gostaríamos de destacar do período tardio de Marx são os chamados “*Excertos Cronológicos*”⁴², redigidos entre 1881 e 1882. Estes cadernos, infelizmente, ainda não estão disponíveis para consulta online do grande público, sendo necessário a consulta direta no arquivo do Instituto Internacional de História Social, em Amsterdã (IISG⁴³). Apesar disso, o comentário de Michael Krätke (2023), pesquisador da MEGA-2 e que tem acesso ao acervo, auxilia a compreensão do tipo de reflexão que Marx estava fazendo sobre a História no fim da vida.

Friedrich Engels organizou estes cadernos da seguinte forma: “*Excertos Cronológicos I*, 96 até + 1320 aproximadamente; *Excertos Cronológicos II*, aproximadamente 1300 até 1470; *Excertos Cronológicos III*, aproximadamente 1470 até 1580 ; *Excertos Cronológicos IV*, aproximadamente 1580 até 1648” (Krätke, 2023, p.25). Neles, Marx baseia-se principalmente em Schlosser, Botta, Cobbett, David Hume, Nicolau Maquiavel, Karamzin, De Segur e R. H. Green.

Os “*excertos*” começam com a exposição de Carlo Giuseppe Guglielmo Botta, na sua *História dos Povos da Itália*, sobre a história de Roma a partir de 97 a.c. Sua preocupação, neste caso, é diferente dos seus estudos anteriores sobre Roma, que por sua vez tratavam principalmente de períodos mais antigos que os presentes nesses cadernos. A preocupação principal de Marx, aqui, é com a organização do Estado e com a Economia Política da

⁴¹Inicialmente haveria um capítulo inteiro sobre a concepção de história do Engels tardio e seu entendimento sobre a escravidão antiga nesta pesquisa ,mas este foi removido ao longo da redação do texto. Para uma comparação aprofundada entre Marx, Engels e Morgan cf. Álvares, 2019 e para uma análise da concepção de história desenvolvida pelo Engels tardio e sua divergência com aquela desenvolvida por Marx pós-1845, cf. Padial, 2022, p. 541-551.

⁴²Segundo Marcello Musto (2019, p.104-105), “Marx preparou, de fato, uma cronologia comentada, na qual relacionou, ano após ano, os principais acontecimentos políticos, sociais e econômicos da história mundial”, com a intenção de “confrontar as bases de sua concepção com os acontecimentos reais que haviam marcado a história da humanidade”

⁴³Sigla referente ao nome original da instituição, “*International Instituut voor Sociale Geschiedenis*”.

República e do Império, enfatizando as conexões de Roma por meio de rotas comerciais, seja no próprio Mediterrâneo, à época já sob sua hegemonia, seja através de suas ligações com a Índia através do mercado Egípcio e Sírio (Krätke, 2023, p.40). Após detalhar os desenvolvimentos históricos do que hoje chamamos de Antiguidade Tardia, Marx se atenta para a questão da “queda do Império Romano” em 476 d.c, entendendo que, na Itália, as disputas entre o Império Bizantino e os Reino Ostrogodo e Lombardo criaram as condições para a ascensão do poder papal.

Após isso, seu foco parte para o Império Carolíngio e a organização de um sistema feudal sob Carlos Magno. No caso da Antiguidade, durante o Império Romano vai se criando a separação entre a administração civil e militar. No caso do Medieval, por outro lado, essas duas funções passam a confluir novamente (Krätke, 2023, p.42). Há também, de acordo com Krätke, comentários além da exposição de Botta, onde analisa o impacto da conquista árabe da Sicília na sua organização estatal, sua tributação, etc. Outro desvio que Marx realiza da exposição de Botta é sua observação mais detalhada do Império Bizantino, onde destaca as relações de comércio do Império com o Rus de Kiev, as guerras nos Balcãs e a cristianização da Europa Oriental (Krätke, 2023, p.43).

Marx parte, posteriormente, para a formação das repúblicas comerciais italianas, vistas como “comunas autogovernadas; lugares da liberdade italiana” (Krätke, 2023, p.44). Os excertos focam na independência *de facto* dessas cidades com os grandes reis e do Império Romano Germânico (p.43), nas suas grandes atividades comerciais e na formação de bancos (p.45). Após esses comentários, Marx se atenta mais diretamente ao feudalismo, principalmente na questão da regulação legal das questões de vassalagem, herança e, por consequência, da terra. Por fim, este caderno preocupa-se com as transformações causadas pelas cruzadas e a fragmentação dos califados ao redor do Mediterrâneo (p.46).

Os outros três cadernos preocupam-se com um recorte cronológico muito menor, tendo como foco principalmente a formação dos estados-nacionais. Iremos nos atentar menos a esses cadernos, nos restringindo a apontar um problema na apresentação de Krätke dessas fontes. Embora seu artigo seja o único detalhado, ao menos que encontramos, sobre o tema, a sua preocupação em apresentar o conteúdo desses cadernos ao público se confunde, muitas vezes, com suas próprias preocupações teóricas. Isso fica claro no comentário que faz ao segundo caderno dos *Excertos*, onde ele afirma que “bastante claro que Marx vê aqui o início do capitalismo moderno: o primeiro desenvolvimento sistemático da agricultura e de uma ciência voltada a ela, o início de uma legislação marítima” (Krätke, 2023, p.47). A problemática dessa afirmação vem de seu pouco embasamento; Krätke não aponta exatamente

o que Marx entende como “capitalismo moderno”, se é que ele o faz, e onde essa visão “fica clara”. Mais adiante, na conclusão de seu artigo, Krätke apresenta uma História Mundial em Marx que privilegia seus manuscritos e excertos pouco trabalhados, não submetidos à nenhuma lógica expositória “dialética”, em detrimento das conclusões que podemos ver na principal obra publicada de Marx, *O Capital*. Há, para Krätke, um Marx quase sistema-mundista. Dessa forma, o autor traça uma história do capitalismo em Marx que foca muito mais no desenvolvimento do Estado Moderno e do conflito entre capitais comerciais que naquela clássica análise da *expropriação dos expropriadores*. A nosso ver, isso não é evidência suficiente, pois, conforme vimos na introdução, tomamos como prioridade aquelas análises mais acabadas, em especial aquelas publicadas em vida.

Sobre os cadernos, por outro lado, chama atenção, em primeiro lugar, a relação que Marx estabelece com o historiador alemão Friedrich Christoph Schlosser, um autor que se destaca no seu contexto por seu método considerado ultrapassado na sua época, por manter-se, aos olhos de seus contemporâneos, ainda muito baseado em autores clássicos como Cícero (Lopes, Bentivoglio, 2014, p.55). Embora reconhecesse em Schlosser um autor com uma concepção de história profundamente idealista, Marx anteriormente já havia tecido breves elogios a Schlosser, como em manuscritos que depois seriam incorporados no *Anti-Duhring* de Engels (Krätke, 2023, p.26). Marx anotou principalmente a obra “*História Mundial*” de Schlosser, e nela se limitou a redigir breves comentários, com correções pontuais⁴⁴ e, às vezes, resumos. Apesar disso, quando essas anotações são colocadas em diálogo com os outros estudos que Marx realizou na época, vemos que ele não via a História Mundial como uma história européia, a despeito dessa ser a abordagem de Schlosser e outros como Botta (Krätke, 2023, p. 38). Embora apreciasse o estudo de autores que eram contemporâneos à ele (muitas vezes, autores com considerável fama e prestígio nos meios acadêmicos), Marx não limitava-se a mera reprodução de seus argumentos, muitas vezes rearranjando a exposição desses autores para caber em suas próprias convicções. No nosso entendimento, isso é evidência da relação de Marx com a historiografia de seu tempo, incorporando criticamente suas descobertas “científicas” mas desprezando seus pressupostos aquém da concepção de história encontrada pelo autor.

Conforme Engels diz em carta para Conrad Schmidt em agosto de 1890, após a “descoberta” da “concepção materialista de história”:

⁴⁴Essas correções muitas vezes são puramente factuais, baseados nos estudos prévios de Marx, e não citam a base exata de tais correções (Krätke, 2023, p.37).

A História deve ser estudada de forma renovada, as condições de existência das diferentes formações sociais devem ser examinadas individualmente antes que se tente deduzi-las das visões políticas, do direito, estéticas, filosóficas, religiosas, etc., que lhes correspondem (MEW, 37, p.436).

O equívoco aqui, porém, seria entender que Marx inaugurou uma agenda de pesquisa científica, uma renovação da historiografia na academia. O que Marx propõe em seus trabalhos mais acabados, por outro lado, é um pensamento voltado diretamente para a ação política, uma crítica ao pensamento burguês que sempre atravessa pelo negativo dessa forma de sociedade. Retornando ao comentário de Hector Benoit sobre a crítica de Émile Durkheim, o marxismo não é uma “cientificidade do entendimento”, mas se apropria das pesquisas de seus contemporâneos para uma “cientificidade dialética, crítica e revolucionária”. Seria, assim, estranho à Marx que em algum momento suas anotações sobre o desenvolvimento da História Mundial fossem entendidos como parte de sua obra, antes de terem sido submetidos à reordenação do seu modo de exposição. Seus estudos do fim de vida buscavam fundamentar tal movimento crítico, e não positivar uma conclusão sobre um passado reificado. Dessa forma, as tentativas de autores como Hobsbawm e Krätke em propor um Marx precursor de um pensamento historiográfico do final do século XX e início, “anti evolucionista”, “anti eurocêntrico”, etc, tendem a esbarrar em obstáculos fundamentais- as próprias bases historicistas da História enquanto ciência. Embora seja possível identificar semelhanças da obra de Marx (embora não de maneira necessariamente coerente) com a historiografia atual, elas não estão submetidas à lógica contemporânea que poderia ser, muito resumidamente, apresentada como uma crítica aos preconceitos que turvam o entendimento “mais verdadeiro” da História. Novamente, não há em Marx uma busca por entendimento em si, mas esse entendimento é parte de um processo que se conclui no movimento expositivo dialético e na crítica revolucionária.

O que concluímos, tendo isso em vista, que há de comum na trajetória de Marx desde que concebeu sua concepção de história é que sua visão do passado, no modo como ele expõe, está sempre à luz do presente capitalista. Marx não faz o exercício, que estamos chamando de historicista, de abstrair do presente para elucidar o passado, conforme a visão de combate ao anacronismo tão cara para a historiografia científica contemporânea. Pelo contrário, o sentido do passado só se constrói na obra de Marx através da relação com o presente. A historicidade que Marx constrói depende do presente, que por sua vez depende do passado. Se há “filosofia da história em si” na obra de Marx, é apenas no sentido que esta é uma filosofia da história do capital, com intenção de superar essa forma social. Não há como falar em história em abstrato, ou num “motor da história” que perpassa todas as sociedades, numa história em

torno de um ideal abstrato como a “liberdade” de Hegel. Há, por outro lado, uma “história do capital”, que não pode ser outra que não a “história da luta de classes”. Quando, no próximo capítulo, nos dedicarmos a entender as posições de Marx em relação à escravidão na antiguidade, essa atitude epistemológica tem de estar clara. Marx não foi historiador, nem nunca se propôs a praticar uma escrita do passado em ciência positiva. Foi um autor que apropriou-se das contribuições de autores com este objetivo para construir uma forma necessariamente negativa de construir o passado. O passado em nenhum momento existe *em si*, mas apenas *em relação com o capitalismo*.

3. O LUGAR DA ESCRAVIDÃO ANTIGA NA OBRA DE MARX

Tendo, de maneira muito breve, sintetizado como a concepção de história de Marx se transformou ao longo dos anos, neste capítulo tentaremos traçar as análises, no geral breves, de Marx sobre a escravidão na antiguidade, observando se há consistência entre elas ou não, se elas se alternam e em que fontes elas se baseiam. Primeiramente tentaremos contextualizar as influências do pensamento antiescravista europeu tanto na obra de Marx quanto na sua prática política, principalmente no contexto da década de 1860. Feito isso, recuperamos algumas análises de Marx sobre o tema na tentativa de concluir qual o local que a escravidão antiga ocupa na concepção de história de Marx.

3.1 MARX, O ABOLICIONISMO E A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NO XIX

O debate em relação a escravidão era uma questão política candente no contexto do Século XIX, principalmente na Inglaterra, onde Marx viveu entre 1849 e sua morte em 1883. À partir do século XVIII, o debate europeu à respeito do status dos indivíduos escravizados nos emergentes estados-nacionais ganhou tração e, inspirados tanto pelos debates propostos pelos iluministas quanto por grupos religiosos como os *quaker*, o estudo da escravidão antiga ganhou força (Joly, 2006, p.20). No final do século XVIII e no início do XIX, o emergente movimento abolicionista conquistou importantes vitórias, como a libertação de todos os escravos em territórios sob domínio francês em 1794 e a abolição do tráfico de escravos em 1807 pelo parlamento inglês (Joly, 2006, p.23).

No século XVIII, autores como David Hume em seu ensaio de 1752 “*Of the populousness of Ancient Nations*”, Adam Smith na “*Riqueza das Nações*” de 1776 e John Millar of Glasgow na obra “*The Origin of the Distinction of Ranks*” de 1779, argumentaram a superioridade produtiva do trabalho livre assalariado em relação ao trabalho escravo (Nippel, 2005, p. 33). Essa linha argumentativa buscava a crítica à escravidão não apenas por critérios morais, mas por critérios econômicos, supostamente objetivos⁴⁵.

Com a mudança de conjuntura na virada do século, com o fortalecimento do capital industrial inglês, a independência do Haiti em 1804 e o acirramento dos debates abolicionistas, outras importantes obras sobre o escravismo antigo foram publicadas, como “*An Inquiry into the State of Slavery amongst the Romans from the Earliest Period till the Establishment of the Lombards in Italy*” de 1833, do escocês William Blair, publicada no mesmo ano da abolição definitiva da escravidão pela Inglaterra e, “*Histoire de l’esclavage*

⁴⁵Embora, como Nippel nota, o argumento de Adam Smith parte de um raciocínio puramente lógico, sem nenhuma preocupação empírica (Nippel, 2005, p.33).

dans l'Antiquité”, de Henri Wallon, publicado em 1847 (Joly, 2006, p.23). O interesse acadêmico no tema da escravidão pode ser evidenciado no fato de que Wallon escreveu seu livro em resposta à dois questionamentos da Academia de Ciências Morais e Políticas feitos em 1837, “Por que causas a escravidão antiga foi abolida? A partir de que época a escravidão desapareceu completamente da Europa ocidental, não restando apenas a servidão da gleba?” (Joly, 2006, p.23). Da mesma forma, o próprio Wallon colocava explicitamente a intenção de estudo, dizendo que:

Escravidão entre os antigos! Pode parecer estranho que alguém procure num passado tão remoto, quando a escravidão ainda existe entre nós. Tomando este caminho, não desvio, em absoluto, nossas mentes da questão colonial; pelo contrário, desejo fazê-las voltarem-se para ela e concentrá-las na busca de uma solução (Wallon apud Finley, 1991, p.15).

Em contrapartida, os estudos da escravidão antiga também foram utilizados para defender a instituição da escravidão, principalmente na literatura produzida no Sul dos EUA, que empregava ostensivamente o trabalho escravo até o fim da Guerra Civil Americana em 1865 (Joly, 2006, p.24). Autores como John Caldwell Calhoun, vice presidente americano em 1824, denunciavam quem confundia “democracia” com “igualitarismo” e utilizavam da presença da escravidão nas *poleis* democráticas da Grécia Antiga para defender a coadunidade entre a forma democrática e a instituição escravista, ao mesmo tempo que denunciava a exploração do trabalho fabril como uma forma de escravidão (Joly, 2006, p.24). Outros como George Fitzhugh defendiam a escravidão por meio de argumentos paternalistas, com a defesa do bem-estar do indivíduo escravizado supostamente sendo uma preocupação central da “instituição peculiar” da escravidão. (Nippel, 2005,p.34).

Marx, por sua vez, não era alheio ao debate em relação à escravidão. Apesar de nunca ter escrito uma obra inteiramente dedicada ao tema, Marx produziu análises sobre diversos elementos da escravidão, como a escravidão na Inglaterra sob o reinado de Eduardo VI, a escravização de crianças nativo-americanas, o tráfico transatlântico, a escravidão nas colônias holandesas, o conflito entre Kansas e Missouri de 1854-1856, a Revolução Haitiana, as relações entre trabalho escravo e trabalho livre, dentre outros (Foster, Holleman, Clark, 2020, p.97).

Já em 1847, no livro *A Miséria da Filosofia*, Marx ironiza a interpretação da dialética hegeliana de Pierre-Joseph Proudhon, alvo central da crítica do livro, dizendo que “Para o sr. Proudhon, toda categoria econômica tem dois lados: um bom, outro mau” (Marx, 2017, p.126). Então, Marx busca aplicar, de forma irônica, a lógica de Proudhon:

A escravidão é uma categoria econômica como qualquer outra. Portanto, também possui dois lados. Deixemos o lado mau e falemos do lado bom da escravidão, esclarecendo naturalmente que se trata da escravidão direta, a dos negros no Suriname, no Brasil, nas regiões meridionais da América do Norte.

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão deu valor às colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio universal é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância.

Sem a escravidão, a América do Norte, o país mais progressista, transformar-se -ia num país patriarcal. Tire -se a América do Norte do mapa do mundo e ter-se -á a anarquia, a completa decadência do comércio e da civilização modernos. Suprima -se a escravidão e ter-se -á apagado a América do Norte do mapa das nações.

Assim, a escravidão, por ser uma categoria econômica, sempre existiu nas instituições dos povos. Os povos modernos souberam apenas disfarçar a escravidão em seus próprios países e impuseram -na sem véus no novo mundo. Como fará o sr. Proudhon para salvar a escravidão? Colocará o problema: conservar o lado bom dessa categoria econômica e eliminar o lado mau (Marx, 2017, p.126-127).

Marx, como é possível observar, já considerava a escravidão um sustentáculo direto do capitalismo de sua época. Essa noção crítica se manteve até o final da sua vida, como veremos adiante. Ademais, foram nas décadas de 1850 e 1860 os anos que Marx mais escreveu sobre a temática da escravidão. Nos manuscritos das *Grundrisse*, por exemplo, Marx escreve sobre um artigo assinado por um “Expertus” publicado no *Times* em novembro de 1857, onde ironiza um “plantador” em sua “invenção das mais deliciosas” em defender a reintrodução da escravidão na Jamaica. Para além da ironia, porém, Marx se atenta ao argumento do “plantador” em questão de que os *quashees* (os “negros livres da Jamaica”) não estariam consumindo além das suas necessidades mais imediatas, pois não se importam com o açúcar tão caro para os investidores das *plantations*, e “sorriem ironicamente com malévolos satisfação do plantador que vai à ruína” (Marx, 2011, p.256). Sendo assim, nosso autor explica que os *quashees* “deixaram de ser escravos” mas não tornaram-se trabalhadores assalariados, mas sim camponeses autossuficientes. Por isso, no que interessa à eles, o “capital como capital não existe”, pois a “riqueza autonomizada” apenas existe em relações de produção onde há “trabalho forçado imediato” (trabalho escravo) ou “trabalho forçado mediado” (o trabalho assalariado). Então, Marx explica que apenas o trabalho forçado mediado pode gerar riqueza em forma de capital, pois o trabalho forçado imediato pode apenas gerar riqueza como “relação de dominação”, e, por esse motivo, é incapaz de gerar a riqueza necessária para a “indústria universal”. Em outro trecho das *Grundrisse*, Marx trata a escravidão como “possível em alguns pontos isolados do sistema de produção burguês”, embora também veja como contraditória com a lógica geral do sistema capitalista (Marx, 2011, p. 381).

Enquanto dedicava-se ao tema da Economia Política da escravidão colonial, Marx travava publicamente um combate feroz em defesa do Norte na Guerra Civil Americana, por

meio de seus artigos para o *New York Tribune*. Em artigo de 11 de outubro de 1861, refutava os argumentos da imprensa britânica que defendia que a Guerra Civil tratava-se de um conflito que não tinha relação com a questão da escravidão. Marx apontava que o Sul confederado “confessou lutar pela liberdade de escravizar outras pessoas, uma liberdade que, a despeito dos protestos do Norte, afirmou ter sido ameaçada pela vitória do Partido Republicano e a eleição do sr. Lincoln à cadeira presidencial” (Marx, Engels, 2022, p.22). No ano seguinte, em artigo dessa vez para o *Die Presse*, Marx criticava a vacilação dos estados do norte em enfrentar de frente a escravidão, dizendo que

A Nova Inglaterra e o Noroeste, que forneciam o material principal do Exército, estão decididos a impor ao governo uma guerra revolucionária e a inscrever “Abolição da Escravidão” como lema de batalha na bandeira estrelada. Lincoln hesita diante da *pressure from without* [pressão vinda de fora], mas sabe bem que é incapaz de resistir por muito tempo (Marx, Engels, 2022, p. 213).

Dois anos depois, na inauguração da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), Marx escreve que “Não foi a sabedoria das classes dominantes, mas a heroica resistência das classes trabalhadoras da Inglaterra à sua insensatez que salvou a Europa Ocidental de mergulhar em uma infame cruzada pela perpetuação e propagação da escravidão do outro lado do Atlântico” (Marx, Engels, 2022, p.360-361). A preocupação de uma possível intervenção europeia em prol do sul escravista e a necessidade do proletariado europeu defender a luta abolicionista no continente americano são tema constante na correspondência de Marx com Engels no início da Guerra. Com esse perigo superado, na fundação da AIT, Marx saúda o presidente americano Abraham Lincoln em sua reeleição, dizendo que “Se a resistência ao Poder Escravagista foi a reservada palavra de ordem de sua primeira eleição, o grito de guerra triunfante de sua reeleição é “Morte à Escravidão” (Marx, Engels, 2022, p.353). Em 1865, Engels, por sua vez, lamenta para Marx as políticas de conciliação com os ex-grandes proprietários escravistas no pós-guerra. (Marx, Engels, 2022, p.337).

Passados 2 anos do fim da Guerra Civil e da morte de Abraham Lincoln, na primeira edição de *O Capital*, Marx já no prefácio retoma o tema, escrevendo que “Assim como a guerra de independência americana do século XVIII fez soar o alarme para a classe média europeia, a guerra civil americana do século XIX fez soar o alarme para a classe trabalhadora europeia” (Marx, 2017, p.79). Ao decorrer do livro, Marx demonstra uma compreensão amadurecida em relação às *Grundrisse* no que diz respeito à relação escravidão-capitalismo, escrevendo no capítulo *A Assim Chamada Acumulação Primitiva* que o desenvolvimento de Liverpool teve como “sua acumulação primitiva” o tráfico de escravos. De forma emblemática, Marx sintetiza:

Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo (Marx, 2017, p.829).

Em manuscrito anterior a publicação do Livro 1 d’*O Capital*, que hoje compõe a “*Teorias da Mais-Valia*”, Marx explica que a escravidão nas *plantations* coloniais do Novo Mundo, apesar da relação de escravidão ser contraditória com a “base do sistema capitalista”- o trabalho assalariado- é um capitalista. Nesse sentido, a produção dessas *plantations* escravistas, ao ser voltada para o mercado mundial, trata-se de uma escravidão propriamente introduzida no capitalismo (Marx, 1968, p.302-303 apud Foster, Holleman, Clarke, 2020, p.104).

Em suma, Marx foi um ferrenho crítico da instituição da escravidão, e apoiou o movimento abolicionista, na tentativa de imprimi-lo um caráter revolucionário. Da mesma forma, Marx estava influenciado diretamente pela literatura abolicionista, por exemplo, era um leitor voraz de David Hume e Adam Smith, apesar das críticas que tinha aos dois. Além disso, em *O Capital*, Marx cita ostensivamente a obra “*Slave Power*” de John Elliott Cairnes, publicada em 1862. Em capítulo dedicado a estudar a questão da jornada de trabalho, Marx usa uma citação de Cairnes e compara diretamente a sua análise sobre a escravidão com a realidade do trabalho assalariado (Marx, 2017, p.339). Cairnes, por sua vez, defendia, assim como Smith e Hume, a tese da baixa produtividade da escravidão, principalmente através da sua “teoria da sabotagem” (Nippel, 2005, p.41). Quando tratava da escravidão antiga, o interesse de Marx era outro, como veremos adiante, mas a relação com suas análises da escravidão que lhe era contemporânea (as quais apenas trouxemos algumas, embora identifiquemos que falta um estudo aprofundado que foque na imanência do texto de Marx em relação a esse tema, para além do artigo de Foster, Holleman e Clarke) não pode, de forma alguma, se perder de vista.

3.2 MARX SOBRE A ESCRAVIDÃO ANTIGA

A única obra publicada de Marx que tem como objeto de estudo a antiguidade é a sua tese de doutorado⁴⁶. No período pós 1845/46, os escritos de Marx sobre o tema foram bastante espaçados e, muitas vezes, não publicados. Em rascunho para o trecho intitulado “*São Max. Novo Testamento. A sociedade como sociedade burguesa*”, que compõe a chamada *Ideologia Alemã*, Marx, comenta sobre a questão da escravidão na Itália romana em passagem expondo a questão da superação das “fases históricas” através do desenvolvimento das forças

⁴⁶Cujos motivos para a exclusão do escopo deste trabalho já foram explicados na introdução.

produtivas (Marx, 2007, p.67-68). Nela, Marx prevê um argumento contrário a essa concepção imanentista do desenvolvimento histórico, dizendo que o “fato da conquista parece contradizer toda essa concepção histórica” (Marx, 2013, p.69). Para responder a essa questão, o autor comenta sobre o caso que considera mais notável de uma civilização destruída por “bárbaros” que forma uma nova sociedade: o caso do Império Romano Ocidental. Argumenta, assim, que

[para] o povo bárbaro conquistador, a própria guerra é, conforme já foi sugerido acima, uma forma de intercâmbio regular, explorada tanto mais assiduamente quanto mais o crescimento da população, dentro do rude modo de produção tradicional (o único possível para esse povo), gera a necessidade de novos meios de produção (Marx, 2013, p.70).

Essa análise é contrastada com a perspectiva do povo “conquistado”, no caso, da Itália sob o Império Romano. Nela, devido a um processo de concentração da propriedade privada gerada pela compra, endividamento e herança, combinado com a transformação do campo em pastagens, se criou uma situação onde “a população livre quase desapareceu, os próprios escravos não cessavam de morrer e tinham de ser substituídos por novo” (Marx, 2013, p.70). Sendo assim a “escravidão permaneceu sendo a base de toda a produção. Os plebeus, que se situavam entre os livres e os escravos, jamais superaram a condição de uma espécie de lumpemproletariado” (Marx, 2013, p.70). Conclui o fragmento dizendo que “Roma jamais superou a condição de cidade e manteve sempre com as províncias um vínculo quase exclusivamente político” (Marx, 2013, p.70).

Outro fragmento atribuído ao mesmo texto (“*São Max*”) afirma que:

Com o desenvolvimento da propriedade privada ocorrem, pela primeira vez, as mesmas relações que voltaremos a encontrar, em escala ampliada, na propriedade privada moderna. De um lado, a concentração da propriedade privada, que em Roma começou bem cedo (como prova a lei agrícola de Licínio) e aumentou muito rapidamente depois das guerras civis e, sobretudo, sob os imperadores; de outro lado, e em correlação com isso, a transformação dos pequenos camponeses da plebe num proletariado que, em sua posição intermediária entre os cidadãos proprietários e os escravos, não chegou a alcançar nenhum desenvolvimento autônomo (Marx, 2013, p.70).

Essa análise parece ser coerente com mais um fragmento, intitulado pela edição da Editora Boitempo, baseada na MECW, de “*Relação do Estado e do direito com a propriedade*”. Nele, Marx descreve com mais clareza o fundamento da propriedade privada na antiguidade. Para o autor, a primeira forma de propriedade era a “propriedade tribal”, que se desenvolveu de formas diferentes no caso germânico e no caso romano (Marx, 2013, p.75). Nesse momento, no caso dos “povos antigos”, definidos em passagem suprimida do manuscrito como “principalmente Roma e Esparta”, a propriedade “aparece” como propriedade do Estado e o direito individual a terra como “simples *possessio*”, ou seja, não há propriedade da terra,

apenas posse e uso. Por sua vez a propriedade privada surge com a “propriedade mobiliária – (escravidão e comunidade) (*dominium ex jure Quiritium*)” (Marx, 2013, p.75). Após essa exposição, Marx parte para a análise de como a propriedade surge nos “povos originados na Idade Média” e na Modernidade.

No primeiro fragmento que compõe o trecho sobre Feuerbach, Marx detalha de forma semelhante aos fragmentos descritos acima. Novamente, a primeira forma de propriedade é a “propriedade tribal”, uma fase “não desenvolvida de produção” onde a “divisão do trabalho é, ainda, bem pouco desenvolvida”, limitando-se ao chefe tribal, seguido pelos membros da tribo no geral e, por fim, os escravos (Marx, 2013, p. 90). Nessa fase, “a escravidão latente na família se desenvolve apenas aos poucos, com o aumento da população e das necessidades, e com a expansão do intercâmbio externo, tanto da guerra como da troca”. Dela, surge a “segunda forma” de propriedade, a “propriedade estatal ou comunal na Antiguidade”. Neste caso, as várias tribos se unificaram em uma cidade, seja por associação ou conquista (Marx, 2013, p.91). Aqui, com o gradativo surgimento da propriedade privada, caracterizada como “anômala e subordinada à propriedade comunal”, os cidadãos apenas se mantêm ligados à sua comunidade porque é nela que possuem “poder sobre seus escravos trabalhadores”. Essa propriedade comunal, aqui, é a “propriedade privada comunitária dos cidadãos ativos”. Pela obrigação destes, por conta da escravidão, de manter-se nessa forma de associação

a estrutura da sociedade que tem por base esse tipo de propriedade entra em decadência e, com ela, decai também, no mesmo grau, o poder do povo, sobretudo na medida em que desenvolve a propriedade privada imóvel (Marx, 2013, p.91).

Por fim, essa segunda forma de propriedade se desvanece com o fim do Império Romano no Ocidente, criando as condições para o surgimento da terceira forma de propriedade aqui descrita: a feudal.

Na gênese da concepção de história de Marx, tomamos algumas noções interessantes em relação ao tema de nossa pesquisa. A primeira é que a escravidão seria central para explicar o surgimento da propriedade privada. A segunda é que a escravidão é vista tanto como constituinte central quanto a causa da decadência da sociedade romana antiga. A terceira, por fim, é a constatação que não há nenhuma relação entre a centralidade da escravidão na produção e o peso que ela ocupa na luta de classes.

O *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, da mesma forma, possui (breves e em certo sentido superficiais) comentários sobre a escravidão na antiguidade. Como mencionamos no capítulo anterior, Marx e Engels descrevem que “homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e jornaleiro, numa palavra, opressor e

oprimido, estiveram em constante oposição um contra o outro” (Marx, Engels, 2017, p.14). Além disso, Marx comenta que na “Antiga Roma tivemos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos” (Marx, Engels, 2017, p.15). Em nenhum momento deste texto, porém, Marx e Engels elencam o conflito uma dentre essas oposições de classe como central para a sociedade romana. Tampouco citam diretamente a análise encontrada nos rascunhos de 1845/1846, com as noções que já destacamos em relação ao surgimento da propriedade privada e o papel contraditório da escravidão nas sociedades antigas.

Na década de 1850, o grande escrito sobre a questão das sociedades antigas é as já mencionadas “*Formen*”. Redigidas em algum momento entre 1857 e 1858, as *Formen* constituem aquilo que hoje é conhecido como “capítulo do capital” das *Grundrisse*. Iremos nos ater, aqui, mais detalhadamente a esse texto, destacando principalmente a exposição sobre a “forma antiga” de sociedade.

Como já dito no capítulo anterior (cf. pág.26), a preocupação principal de Marx nesse excerto é a separação entre o trabalhador e os meios de produção, tida como um pressuposto para o regime de trabalho capitalista. Assim, Marx distingue as formas de “propriedade livre” e a “propriedade comunitária baseada na comunidade oriental”, surgidas após um estágio social prévio, conhecido pela tradição marxista como “comunismo primitivo”.

Após a exposição a respeito das sociedades sob a “forma oriental”⁴⁷, Marx parte para aquelas sociedades onde existe a propriedade coletiva (tribal) e a propriedade privada. De forma semelhante aos rascunhos da década anterior, o autor destaca que a forma de sociedade onde se inserem as cidades “antigas”⁴⁸ é “produto de uma vida histórica mais movimentada”, e mesmo, tal qual a forma asiática, tendo a “comunidade como pressuposto”, se distingue pois “tal forma não presume a terra como base, mas a cidade como a sede já constituída das pessoas no campo”. Assim, a cidade, nesse caso, é um “apêndice do campo”, e a “terra em si” não “oferece nenhum impedimento para se relacionar com ela como a natureza inorgânica do organismo vivo, sua oficina de trabalho, seu meio de trabalho, objeto de trabalho e meio de vida do sujeito” (Marx, 2011, p.390). Nas sociedades organizadas nessa forma social, a principal tarefa que gera coesão é a guerra, tanto ofensiva quanto defensiva. Dessa forma, a “comunidade guerreira” da tribo torna-se proprietária, e sua propriedade se distingue do *ager*

⁴⁷Para uma análise detalhada sobre esse tema conforme exposto na obra de Marx e as implicações políticas de seu uso e posterior abandono na tradição marxista, cf. ANTUNES, Jair. (2003). **Marx e o último Engels: o modo de produção asiático**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) -Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2003.

⁴⁸Um pouco adiante, Marx esclarece que estes elementos são encontrados “na forma romana, grega (em suma, na forma da Antiguidade clássica)” (Marx, 2011a, p.393). Em outro momento também, Marx trata os romanos como a “forma mais pura, mais nítida” das contradições da forma antiga de sociedade (Marx, 2011a, p.396).

publicus, diferente da propriedade comunitária do caso asiático (Marx, 2011, p.391). Esse *ager publicus*, assim como todo o laço comunitário entre os proprietários de terra, é “por um lado, a relação recíproca desses proprietários privados livres e iguais, seu vínculo contra o exterior e, ao mesmo tempo, é sua garantia” (Marx, 2011, p.391).

A comunidade nas sociedades antigas, de acordo ainda com o texto, não é mais vista como puramente natural, mas como um “produto histórico”, entendida pelos seus membros como tal. Essa origem é o “pressuposto da propriedade da terra” e a relação do trabalhador com seus meios de trabalho, embora se mantenha, é mediada pela relação deste com o Estado (Marx, 2011, p.391). Tendo tudo isso em vista, a sociedade necessita, para garantir a sua continuidade, preservar a “igualdade entre seus camponeses autossuficientes livres e o trabalho próprio como condição da continuidade de sua propriedade” (Marx, 2011, p.392). Para manter sua condição enquanto proprietários da terra, os sujeitos dessa sociedade precisam que essas relações sejam “permanentemente postas, por meio do trabalho pessoal, efetivamente como condições e elementos objetivos da personalidade do indivíduo, do seu trabalho pessoal”. Dessa forma, Marx já se atenta à contradição que essa forma de sociedade carrega dentro de si, notando que a tendência desse sistema de convívio entre os proprietários/guerreiros tendia a “ultrapassar essas barreiras”, conforme o exemplo de “Roma, Grécia, judeus, etc”.

Com essa exposição abstrata dessas formas sociais previamente concluída, Marx recorre a obra de Niebuhr para expor o caso romano:

“Depois que os áugures”, diz Niebuhr, “havia assegurado a Numa o endosso divino de sua eleição, a primeira preocupação do piedoso monarca não foi o serviço do templo, mas [uma preocupação] bem humana. Ele distribuiu as terras que Rômulo havia conquistado na guerra e cedido para a ocupação: ele instituiu o culto de *Terminus*. Todos os antigos legisladores, Moisés, antes de todos, fundaram o sucesso de seus preceitos para virtude, legalidade e bons costumes sobre a propriedade da terra ou, ao menos, sobre a posse hereditária da terra assegurada para o maior número possível de cidadãos (Vol. I, p. 245, 2. ed., *Röm. Gesch.* [História romana]) (Marx, 2011a, p.392).

Ademais, Marx conclui que a reprodução dos indivíduos enquanto tais na sociedade, no caso, enquanto proprietários de terra, ocorria tendo como fim a conservação do seu espaço na comunidade, ao invés de ter o acúmulo de riqueza enquanto objetivo final. Então, Marx nos expõe o conceito de “propriedade quirritária” para o caso romano, ou seja, uma sociedade onde apenas os cidadãos podem ter propriedade de terra, e essa propriedade constitui a natureza do cidadão “romano”. Essa dinâmica seria o fundamento dessa forma de sociedade.

Após essa exposição detalhada sobre a forma antiga, Marx parte para a descrição da “forma germânica” de sociedade. Nesse momento, Marx descreve uma sociedade que, em síntese, “*só existe propriedade coletiva, e só posse privada*” (Marx, 2011a, p.393). Diferente da forma antiga, embora exista algo como o *ager publicus* na forma germânica, essa terra não “aparece” como propriedade estatal, mas sim como uma extensão da propriedade individual dos membros da comunidade, somente entendida como “propriedade” através da defesa daquela terra contra eventuais invasores (Marx, 2011a, p.396).

Durante a exposição mais detalhada da forma germânica, Marx ainda adiciona elementos de análise para a forma antiga, principalmente através de transcrições de trechos da *Römische Geschichte* de Niebuhr: no primeiro deles este autor explica que os ofícios da cidade e o comércio eram “menosprezados” na Antiguidade, em detrimento da atividade agrícola, socialmente prestigiada (Niebuhr, 1827, p.418 apud Marx, 2011a, p.393). No segundo, Niebuhr desenvolve a questão da distinção entre patrícios e plebeus, onde aos primeiros cabia o “direito à utilização da terra comunitária mediante a posse”, que “enfeudavam” a terra aos seus vassallos, enquanto aos plebeus cabia a “transferência de propriedade do *ager publicus*”. Com exceção das comunidades rurais posteriormente absorvidas pela propriedade dos patrícios, os plebeus possuíam terra, mas não propriedade (Niebuhr, 1827, p.435-6 apud Marx, 2011a, p.393).

No terceiro trecho anotado por Marx, curiosamente o primeiro em toda a exposição sobre a forma antiga de sociedade que menciona o tema da escravidão, novamente Niebuhr foca na questão da plebe. Para o autor, a atividade vista como “genuína” do cidadão romano era a agricultura, onde se “conserva a antiga estirpe da nação” que, por outro lado, “se modifica nas cidades, onde se estabelecem comerciantes e artífices estrangeiros, bem como os nativos que se deslocam para onde os atrai o ganho”. Aqui a temática da escravidão entra em cena, mas apenas na medida em que concerne o liberto, que, para Niebuhr, se sustenta nessas atividades onde a “nação” se transforma, sendo esse o fundamento da não admissão desses indivíduos no corpo de cidadãos. Por fim, em contraste com as cidades medievais, não haveria na antiguidade um “sistema corporativo digno”. No caso medieval, ainda segundo Niebuhr, a superação das linhagens pelas corporações causou a extinção do “espírito guerreiro” e o “respeito externo e a liberdade das cidades” (Niebuhr, 1827, p.614-5 apud Marx, 2011a, p.393-394).

O quarto e último trecho refere-se principalmente ao temas das “*gentes*”, distinguindo entre dois tipos de “fundamentos” possíveis para as tribos. O primeiro, baseado na linhagem,

cujo “exemplo mais rigoroso” seriam aquelas organizadas em castas. Essa forma seria antecessora das tribos fundadas na organização, onde a comunidade é dividida em distritos e povoados, e os habitantes eram designados a povoados específicos. Dessa forma, “seus descendentes permaneciam na mesma *phyle* e no mesmo *démos*, independentemente de seus domicílios; com isso, essa divisão assumiu uma aparência de sistema genealógico” o que gerou o fato de, em Roma, embora haja uma “aparência” de “sistema genealógico”, na realidade não há parentesco sanguíneo entre os membros das *linhagens* romanas. Assim, no “período mais antigo” havia “o compromisso dos membros da *gens* de ajudar a carregar os fardos extraordinários dos necessitados entre eles”, enquanto no período mais tardio foi estabelecida a “herança das colinhagens mortas sem parentes nem testamento” (Niebuhr, 1829, p.238-9, 326, 331 apud Marx, 2011a, p.394-5).

Concluídas as transcrições de Niebuhr, é notório que a escravidão não tenha sequer sido mencionada por Marx na sua exposição sobre a Grécia e Roma até aqui. Ao menos no que tange a exposição das *Formen*, o fundamental para entendermos essa forma social aparenta ser a dinâmica das linhagens de guerreiros e proprietários de terra que se juntam nas cidades. O outro personagem⁴⁹ que Marx cita além dessa figura, até aqui, é o pequeno proprietário de terras, plebeu. Nos trechos da obra de Niebuhr, já aparece a figura do liberto, a primeira relacionada com a escravidão, assim como o estrangeiro e o comerciante, ambos mal vistos pelos membros da comunidade antiga. Entretanto, ao contrário das análises do “escravismo romano”, a Forma Antiga é perfeitamente compreensível sem a escravidão.

Da mesma forma que vimos na “*Ideologia Alemã*”, Marx percebe que o próprio movimento de reprodução das relações que compõem as formas que ele está descrevendo são as responsáveis pela sua própria dissolução. No caso antigo, como já dissemos, Marx entendia que a guerra era o grande empreendimento das sociedades antigas, a razão da coerência interna dessa sociedade. Contudo, o próprio empreendimento militar causa a abolição do “vínculo real” que fundamenta a sociedade (Marx, 2011a, p.398). Quando a sociedade romana, assim como todas as sociedades organizadas nessas formas, reproduz as suas relações pressupostas, dentro de uma “existência objetiva, determinada, predeterminada para o

⁴⁹cf. DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia; DO NASCIMENTO, Carlos Alves. O Capital: um drama para ser lido, relido e... ouvido. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 44, pp. 32-44, jul-set. 2016.

indivíduo”⁵⁰, acaba se superando o limite daquela sociedade, que por sua vez entra em decadência e desaparecimento. Marx então esclarece:

O desenvolvimento da escravidão, a concentração da posse de terra, a troca, o sistema monetário, a conquista etc. atuaram nesse sentido entre os romanos, não obstante todos esses elementos pareçam, até certo ponto, compatíveis com o fundamento, e pareçam em parte apenas ampliá-lo inofensivamente, em parte brotar dele como simples abusos (Marx, 2011a, p.399).

Com isso em mente, Marx nota que nunca “encontramos entre os antigos uma investigação sobre qual forma de propriedade da terra é a mais produtiva, qual cria a maior riqueza” (Marx, 2011a, p.399). Utiliza, nesse sentido, a obra de Catão como exemplo para afirmar que o proprietário de terra romano não se preocupa com a rentabilidade de seus negócios, mas sim com quais negócios geram “melhores cidadãos”. A riqueza somente aparece enquanto coisa em si, e enquanto objetivo da atividade social, nos “poucos povos mercantis” que “vivem nos poros do mundo antigo” (Marx, 2011a, p.400). Dessa forma, Marx consegue, por meio do contraste da manifestação da riqueza naquelas sociedades e na forma burguesa de sociedade, entender o fundamento de ambas.

Adiante, Marx argumenta que o importante, ainda na chave do entendimento dos pressupostos históricos da forma burguesa, não é explicar a “unidade” entre o indivíduo e o meio natural, mas sim a sua “separação” (Marx, 2011a, p.401). Essa separação entre as “condições inorgânicas da existência humana” e a “existência ativa” dos seres humanos se conclui somente na relação entre trabalho assalariado e capital. Então, contrapõe essa separação completa no caso da forma burguesa com a escravidão e a servidão, onde “uma parte da sociedade é tratada pela outra como simples condição *inorgânica e natural* de sua própria reprodução” (Marx, 2011a, p.401). O escravo e o servo, então, não são compreendidos como trabalhadores, mas como “o próprio *trabalho*”. Além disso, mais adiante, Marx adiciona que a conquista de novos territórios tem como consequência a conquista dos seus habitantes, na forma de “acessórios orgânicos”, sendo essa a origem, novamente, da escravidão e da servidão (Marx, 2011a, p.403). Assim, no caso romano, o próprio fundamento daquela sociedade (a conquista pela guerra), cria as condições para a escravidão que, por sua vez, transformam as “formas originais” dessa comunidade.

Podemos inferir, então, que para o Marx de 1857-1858, a escravidão é um acontecimento posterior nas sociedades de forma antiga, cujo fundamento vem do

⁵⁰Como escrevera no início da década de 50 em seu *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011b): “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (Marx, 2011b, p. 25).

desenvolvimento da sociedade tribal e do advento da propriedade privada, ainda que de forma limitada. Ademais, ele entende que essa relação “necessariamente” modifica a forma de sociedade (Marx, 2011a, p.404). Quando Roma é construída, os campos ao redor da cidade foram cultivados pelos seus cidadãos, e assim se estabeleceu um fundamento da sociedade. Devido à centralidade da cidadania naquela sociedade, os cidadãos deveriam ter uma quantidade de terra mais ou menos igual. Porém, devido ao crescimento populacional, surge a necessidade da guerra de conquista, de expansão do território agrícola, do *ager publicus*, etc. Com essas guerras de conquista, por sua vez, não somente o território rival é conquistado, mas também os habitantes daquela sociedade, criando a escravidão⁵¹. Assim, a própria reprodução da sociedade causa a sua transformação, pois os produtores “se modificam, extraíndo de si mesmos novas qualidades [...] formando novas forças e novas concepções, novos meios de comunicação, novas necessidades e nova linguagem” (Marx, 2011a, p.405). Nesse contexto, então, o desenvolvimento da produção no campo acelera a separação entre o indivíduo e a comunidade, ainda parcialmente colocada na forma antiga, criando as condições para o risco da perda do fundamento da sua própria participação naquela comunidade- a terra e, portanto, a cidadania. Esse desenvolvimento ao mesmo tempo que significa a “libertação da pura subordinação à agricultura e à guerra”, tem como consequência a produção de excedente, que causa o ímpeto mercantil, o “intercâmbio” com “estrangeiros” e “escravo”, o crescimento do endividamento e, enfim, a “dissolução do indivíduo singular determinado enquanto romano, grego, etc” (Marx, 2011a, p.406). O acúmulo de riqueza e a escravidão não são o fundamento da forma antiga, mas sim resultados da sua reprodução, de modo que “essa dissolução levou de fato ao domínio do campo sobre a cidade” (Marx, 2011a, p.416).

Por meio da análise da forma antiga, Marx demonstra como o aumento do acúmulo de riqueza, o desenvolvimento de forças produtivas e a expansão do comércio por si só não necessariamente geram uma sociedade como a capitalista. Outrossim, essa mesma análise oferece os elementos para entendermos que a escravidão, para Marx, é o *negativo* da forma antiga de sociedade, aquilo que seu próprio movimento produz e, ao mesmo tempo, a transforma, a destrói ou a supera.

Seguindo, observamos uma interessante relação entre essa linha argumentativa de Marx e a sua leitura de Apiano de Alexandria, um historiador baseado no Egito, que escrevia

⁵¹Em outro trecho das *Grundrisse*, Marx afirma que “A produção de luxo, tal como tem lugar na Antiguidade, é de fato um resultado necessário da relação de escravidão. Não é a superprodução, mas o superconsumo e o consumo ensandecido que, convertidos no monstruoso e bizarro, marcaram o declínio do antigo sistema de Estados” (Marx, 2011a, p. 356).

em grego, do século II E.C. Em 27 de fevereiro de 1861, 3 ou 4 anos após a redação das *Formen*, Marx encontrava-se no exílio londrino, frustrado com o estado de sua biblioteca pessoal que fora forçada a deixar para trás em 1849 na cidade de Colônia e em uma difícil situação doméstica (Bonnell, 2015, p.15). Assim, em relato ao seu parceiro Friedrich Engels, escreve que nesse meio tempo estava se distraíndo com a leitura das *Guerras Civis* de Apiano “no grego original” (MEW 30.160 apud Bonnell, 2015, p.15). Assim, comenta que o livro é “muito valioso”, apesar das críticas de Schlosser, que supõe se originarem do fato de que “Apiano chega à raiz da base material das coisas nessas guerras civis”⁵². Na mesma carta, tece comentários sobre figuras importantes na época, como Espártaco (“o sujeito mais esplêndido que toda a história antiga tem a oferecer”)⁵³, Pompeu (“um merda completo [*sic*]”)⁵⁴, dentre outros.

Apesar do fato de que Marx, nesse momento, claramente expressou seus sentimentos de uma leitura informal e despreziosa de Apiano, é possível identificar que este autor foi importante para seu entendimento sobre a antiguidade. Em 1886, no livro “*Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*” (2020), Engels afirma que “Dentre as fontes antigas sobre as lutas no interior da república romana, Apiano é o único a nos dizer com toda a clareza de que afinal se tratava, ou seja, da propriedade fundiária” (Engels, 2020, p.83). Embora Marx não tenha afirmado nada nesse sentido em nenhum trabalho publicado, acreditamos que o entendimento de que Apiano se preocupava com a “clareza” das “lutas no interior da república romana”, ou, de forma mais geral, com a “raiz da base material das coisas” que aproximava sua obra do interesse de Marx e de Engels. Marx também interessava-se por outro elemento narrado por Apiano: a revolta de escravos liderada por Espártaco, a qual o historiador egípcio relata com simpatia (Bonnell, 2015, p.18). Chama a atenção que justamente Apiano é a referência da análise de que Roma passou por um declínio do peso da população livre na economia, sendo substituída pelo trabalho escravo (Balbo, 2023, p.57).

Tanto Marx foi inspirado pela análise de Apiano que este autor é citado diretamente no livro 1 d’*O Capital*. No capítulo 24, Marx comenta sobre os efeitos da política de cercamentos na Inglaterra do final do século XVIII. Ao citar o argumento de Richard Price na sua obra *Observations on Reversionary Payments*, de 1845, onde esse autor identifica os cercamentos como fundamento da piora das condições de vida das “classes inferiores do

⁵²Do inglês: *Schlosser says he has ‘no soul’, probably because he gets to the bottom of the material basis of things in these civil wars* (MEW, 30.160, apud Bonnell, 2015, p.15). Tradução nossa.

⁵³Do inglês: “*Spartacus appears as the most splendid fellow that all of ancient history has to show*”.

⁵⁴“*Pompeius a complete shit who only gained a false reputation as Sulla’s ‘young man’ through poaching the credit for Lucullus’ successes (against Mithridates) and then the successes of Sertorius (Spain), etc.*”

povo”, Marx compara tal situação com a situação Romana (Marx, 2017, p.798). Para este fim, recorre à obra de Apiano, no trecho onde o historiador alexandrino diz que:

Os ricos se haviam apoderado da maior parte das terras indivisas. Confiando nas circunstâncias da época, supunham que ninguém lhes tomaria essas terras e, por isso, adquiriram os lotes dos pobres situados nas cercanias, em parte com o consentimento destes, em parte pela violência, de modo que agora lavravam domínios imensamente vastos em vez de campos isolados. Utilizavam escravos para a agricultura e para a pecuária, pois os homens livres se haviam retirado do trabalho para o serviço militar. A posse de escravos também lhes proporcionava grandes lucros, uma vez que estes, liberados do serviço militar, podiam multiplicar-se sem perigo e faziam uma porção de filhos. Desse modo, os poderosos se apoderaram de toda a riqueza, e em toda a região pululavam escravos. Os itálos, ao contrário, tornavam-se cada vez menos numerosos, consumidos pela pobreza, tributos e serviço militar. Em épocas de paz, porém, estavam condenados à mais completa inatividade, porque os ricos estavam de posse do solo e empregavam escravos na lavoura, em vez de trabalhadores livres (Marx, 2017, p.798, n.211)

Marx contextualiza a análise de Apiano, esclarecendo que se referia do período anterior à Lei Licínia⁵⁵, além de dizer que o serviço militar, “que tanto acelerou a ruína dos romanos”, foi utilizado por Carlos Magno para transformar camponeses livres em servos da gleba ou semilivres (Marx, 2017, p.799, n.211)

3.3 O QUE É A ANTIGUIDADE PARA MARX?

Com base no que vimos até aqui, então, retomamos o questionamento da introdução: qual era o fundamento da “antiguidade”⁵⁶ para Marx? E qual o lugar desse período na sua concepção de história? Em 1869, na publicação da segunda edição de *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011b), o autor expõe com clareza sua visão sobre o papel político dos escravizados na luta de classes da Roma Antiga:

Por fim, espero que o meu escrito contribua para eliminar esse chavão do suposto cesarismo, que se tornou corrente em especial na Alemanha. Quando se faz essa analogia histórica superficial, esquece-se o principal, ou seja, que, **na Roma antiga, a luta de classes se travava apenas no âmbito de uma minoria privilegiada, entre os ricos livres e os pobres livres, enquanto a grande massa produtiva da população, os escravos, compunha o pedestal meramente passivo para aqueles contendores.** Esquece-se o dito importante de Sismondi: o proletariado romano vivia à custa da sociedade, ao passo que a sociedade moderna vive à custa do proletariado. Em vista dessa total diferença entre as condições materiais e econômicas da luta de classes antiga e da luta de classes moderna, as aberrações políticas delas resultantes não podem ter mais elementos em comum do que têm o arcebispo de Canterbury e o sumo sacerdote Samuel (Marx, 2011b, p.17, grifo nosso.)

⁵⁵A *Lex Licinia* foi promulgada no ano de 367 A.E.C, estabelecendo a necessidade do cargo de um dos dois cônsules romanos ser um plebeu. Ademais, para resolver o Conflito das Ordens, um cidadão romano não podia se apoderar de mais de 125 hectares de terra estatal. Com essas medidas, o conflito entre patrícios e plebeus esfriou.

⁵⁶Como é perceptível nos trechos analisados aqui, Marx segue a tradição da historiografia do século XVIII em diante que trata Roma sem “especificar se estão falando sobre Roma, a cidade, ou sobre a Itália, ou o Império como um todo” (Guarinello, 2010, p.54).

Embora elaborada uma cerca de uma década depois das *Formen*, essa colocação decidida de Marx em relação ao “pedestal meramente passivo” da sociedade romana ilumina as intenções de Marx em focar principalmente na questão da luta pela propriedade fundiária. A luta de classes fundamental para Roma era a luta entre a plebe e os patrícios, aquela do conflito das ordens, não aquela representada por rebeliões como as de Espártaco.

Por outro lado, Marx admirava a figura de Espártaco. Na carta de 1861 supracitada de Marx para Engels, Espártaco é caracterizado como um “grande general”, de “nobre caráter” e “um verdadeiro representante do proletariado antigo” (MEW 30.160 apud Bonnell, 2015, p.15). Novamente, ressaltamos que trata-se de um comentário informal⁵⁷, mas a noção de um “proletariado antigo”, como ancestrais da luta entre a burguesia e o proletariado, aparece também no *Manifesto do Partido Comunista*⁵⁸.

Da mesma forma aparece uma das passagens onde Marx mais detalha a escravidão antiga, no artigo “*A Sicília e os Sicilianos*”, escrito para o *New York Tribune* em Maio de 1860. Nesse artigo, Marx está comentando a revolta de Palermo contra a dinastia dos Bourbon, que à época estava no trono do Reino das Duas Sicílias. Logo de início, afirma que “Ao longo da história da raça humana, nenhuma terra e nenhum povo sofreram tanto com a escravidão, com as conquistas e opressões estrangeiras, e nenhum lutou de forma tão irreprimível pela emancipação como a Sicília e os sicilianos.”⁵⁹ (Marx, 2010, p.370). Desde tempos bastante remotos, a Sicília fora palco de invasões e conflitos, com a colonização grega, os fenícios, os cartagineses, os romanos, os normandos e os árabes, se somando ao fluxo de escravos de diversos lugares do mundo, tornando os sicilianos uma “mistura de quase todas as raças do sul e do norte”⁶⁰. Na mesma medida, os habitantes da ilha historicamente resistiram a essas ocupações, primeiro com os nativos lutando contra a força militar superior dos gregos e cartagineses, onde apesar de derrotados, nunca foram “dominados por completo”. Em seguida, foi a vez de lutarem contra a invasão e ocupação dos romanos, que, ao conquistar a ilha, empregaram “enormes grupos de escravos” para trabalhar na agricultura e alimentar o

⁵⁷Na primavera de 1865, a filha de Karl Marx, Jenny Marx, registrou as “confissões” de seu pai, uma entrevista informal muito comum na Inglaterra Vitoriana. Uma das “confissões” que Marx deveria fazer era a escolha de um “herói”, a qual ele responde com “Espártaco e Keppler”. MARX, Jenny; MARX, Karl. **Karl Marx’s confession**. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1865/04/01.htm>.

⁵⁸Ao mesmo tempo que reconhece as especificidades de cada luta de classe em seu contexto específico. No *Manifesto*, a luta dos “oprimidos” contra os “oprimidos” é a constante histórica, mas ela também manifesta-se de maneira específica em cada época. Marx e Engels, mesmo em um texto panfletário como o *Manifesto*, se mantêm coerentes com sua perspectiva ao mesmo tempo diacrônica e sincrônica da história.

⁵⁹Do inglês: “Throughout the history of the human race no land and no people have suffered so terribly from slavery, from foreign conquests and oppressions, and none have struggled so irrepressibly for emancipation as Sicily and the Sicilians.” Tradução nossa.

⁶⁰“The Sicilians are a mixture of almost all southern and northern races”.

“proletariado pobre da cidade eterna” (Marx, 2010, p.371). Os romanos, como “é conhecido por todos que são em qualquer grau familiarizados com a história de Roma ou de Cícero” teriam sido especialmente cruéis e luxuriosos na região. A Sicília, o autor destaca, era um lugar onde a escravidão por dívidas era especialmente comum e severa com a população livre empobrecida ou com os pequenos camponeses.

Tendo estabelecido o que citamos acima, Marx conclui a digressão sobre o período antigo dizendo que, tanto sobre o período da dinastia dos Dionísios, quanto no domínio romano, os escravizados na Sicília organizaram grandes revoltas. E assim Marx segue para o período pós-queda do Império Romano Ocidental, comparando as revoltas contemporâneas à ele com todo o acúmulo de conflitos na região, uma terra que “se provou mortífera para invasores e opressores”⁶¹ (Marx, 2010, p.371).

Em *O Capital*, Marx dá outra pista para responder nossa questão. Em determinado momento do primeiro capítulo do Livro 1, o autor critica a forma como os economistas políticos tratam a forma de sociedade burguesa como natural, enquanto as formas pré-burguesas são tratadas “mais ou menos do mesmo modo como as religiões pré-cristãs foram tratadas pelos Padres da Igreja” (Marx, 2017, p.156). Então, o autor insere uma nota de rodapé onde transcreve um excerto do seu livro *Miséria da Filosofia* de 1847, onde realiza crítica semelhante. Feito isso, Marx direciona sua crítica ao liberal francês Frédéric Bastiat, que acredita que “os gregos e os romanos tenham vivido apenas no roubo” (Marx, 2017, p.156, n.33). De forma irônica, Marx diz que:

Mas para que se viva por tantos séculos com base no roubo, é preciso que haja permanentemente algo para roubar ou que o objeto do roubo se reproduza continuamente. Parece, assim, que também os gregos e os romanos possuíam um processo de produção, portanto, uma economia, que constituía a base material de seu mundo tanto quanto a economia burguesa constitui a base material do mundo atual. Ou Bastiat quer dizer que um modo de produção que se baseia no trabalho escravo é um sistema de roubo? Ele adentra, então, um terreno perigoso. Se um gigante do pensamento como Aristóteles errou em sua apreciação do trabalho escravo, por que deveria um economista nanico como Bastiat acertar em sua apreciação do trabalho assalariado? (Marx, 2017, p.156, n.33).

Aqui, como no trecho que destacamos na introdução, Marx lê a política de Aristóteles tendo em vista o fato da sociedade que o filósofo macedônio estava inserido, ser “baseada na escravidão”, justificando assim o “erro” em sua apreciação do trabalho escravo. Interessante também é o prosseguimento que Marx dá à essa extensa nota de rodapé, onde “aproveita” para responder uma crítica feita por um jornal teuto-americano à sua obra *Contribuição à crítica da economia política* de 1859:

Segundo esse jornal, minha afirmação de que os modos determinados de produção e as relações de produção que lhes correspondem, em suma, de que “a estrutura

⁶¹“Thus the Sicilian soil has ever proved deadly to oppressors and invaders”.

econômica da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência”, de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral” – tudo isso seria correto para o mundo atual, onde dominam os interesses materiais, mas não seria válido nem para a Idade Média, onde dominava o catolicismo, nem para Atenas ou Roma, onde dominava a política. Para começar, é desconcertante que alguém possa pressupor que essas batidas fraseologias sobre a Idade Média e a Antiguidade possam ser desconhecidas de alguém. É claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida que explica por que lá era a política, aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal. Além do mais, não é preciso grande conhecimento, por exemplo, da história da República romana para saber que sua história secreta se encontra na história da propriedade fundiária (Marx, 2017, p.157, n.33).

Com base na análise que Marx fez nas *Formen*, podemos supor o porquê, para o autor, da “política” desempenhar um “papel principal” nas sociedades antigas. Nas *Formen*, vimos como a centralidade da propriedade como pré-condição para a cidadania na “propriedade quirítária”, onde a comunidade por meio dos mecanismos políticos onde se exerce a “cidadania”, ou seja, a atividade dos proprietários de terra. São as especificidades daquela sociedade baseada na “política” que criaram a transformação da mão de obra de camponeses livres [a “essência da plebe romana como um conjunto de camponeses, como está indicado em sua propriedade quirítária” (Niebuhr apud Marx, 2011a, p.394.)] em mão de obra escrava. É a natureza da propriedade rural que cria a sociedade “baseada na política”. Ainda em *O Capital*, Marx explica que “a luta de classes no mundo antigo [...] apresenta-se fundamentalmente sob a forma de uma luta entre credores e devedores e conclui-se, em Roma, com a ruína do devedor plebeu, que é substituído pelo escravo” (Marx, 2017, p.209). Em outro trecho, Marx alude aos proprietários dos meios de produção das sociedades antigas, que, aqui, são encarnados no “belo e bom ateniense” e no “cidadão romano” (Marx, 2017, p.309). Ou seja, a escravidão se explica por meio da “conclusão” do conflito entre os proprietários, os cidadãos, sob a forma da “política. Também nos interessa notar que Marx, já observando o momento onde a escravidão tornou-se base produtiva da sociedade, nota a presença do “sobretabalho” tanto nas sociedades antigas quanto na sociedade capitalista, enquanto constante histórica das sociedades de classes, mas que manifesta-se no caso romano através do “trabalho até a morte”, baseando-se em Diodoro Sículo (Marx, 2017, p.310).

Também no Livro 2 de *O Capital*, Marx demonstra seu entendimento da base produtiva na Antiguidade:

Mas também o sistema escravista – na medida em que é a forma dominante do trabalho produtivo na agricultura, manufatura, navegação etc., tal como ocorria nos Estados desenvolvidos da Grécia e em Roma – conserva um elemento da economia natural. O próprio mercado de escravos recebe uma provisão constante de sua mercadoria (a força de trabalho) por meio da guerra, da pirataria etc., e essa rapina, por sua vez, não é mediada por um processo de circulação, mas é a apropriação in

natura de força de trabalho alheia por meio da coerção física direta. Mesmo nos Estados Unidos, depois que a região intermediária entre os estados do Norte – de trabalho assalariado – e os estados escravistas do Sul tornou-se uma região voltada à criação de escravos para o Sul, onde o escravo lançado no mercado se converteu, assim, num elemento da reprodução anual, isso se mostrou durante muito tempo insuficiente, de modo que, para satisfazer o mercado, foi preciso continuar o tráfico de escravos com a África pelo máximo de tempo possível (Marx, 2014, p.653-654)

Sendo assim, para nos direcionarmos à nossa conclusão, a presença da escravidão na Antiguidade é aludida também em um interessante trecho, no capítulo “*Maquinaria e Grande Indústria*” do livro 1 de *O Capital*, onde Marx lembra que, para Aristóteles e para o poeta Antípatro, a maquinaria poderia levar a uma “Idade de Ouro”, onde não haveria a necessidade de escravos (Marx, 2017, p.481). Entretanto, seguindo o argumento que vinha sido desenvolvido no capítulo até aqui, Marx explica que esses dois autores antigos não compreendiam que “a máquina é o meio mais eficaz para o prolongamento da jornada de trabalho”. Ou seja, essas afirmações sobre a escravidão tem como objetivo o argumento, novamente, da distinção fundamental entre as épocas, de forma contrária ao método da economia política burguesa, que assume as leis capitalistas para todo o passado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tentar, dentro do possível, manter-se o máximo possível coerente com a concepção de história de Marx, foi possível indicar o entendimento de um conceito central para o marxismo- aquele de “modo de produção”. Embora, como vimos, este conceito é formulado na chamada *Ideologia Alemã*, referindo-se à “totalidade” das “relações de produção”, que, por sua vez são a “estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (Marx, 2008, p.48), nem sempre ele, tomando emprestado uma noção empregada por Louis Althusser (2015), aparece sob a mesma “problemática”, ou seja, mesmo quando trata-se da mesma palavra, não carregam consigo as mesmas preocupações e, portanto, não carregam o mesmo conteúdo. Em determinado momento de *O Capital*, por exemplo, Marx cita um “modo de produção tão arcaico” conservado pelo ramo da panificação (Marx, 2017, p.322). Mas, quando estamos tratando do conceito de modo de produção, como ficou consagrado na tradição marxista, percebemos que o caso antigo não equipara os modos de produção com a luta de classes. Afinal de contas quando nas sociedades antigas a produção deixa de ser baseada no campesinato e passa a ser baseada na escravidão, isso não torna, para Marx, automaticamente a luta entre senhor e escravo como central para a compreensão daquela sociedade. Talvez, para buscar elucidar essa questão, precisamos notar um elemento importante das *Formen*- o conceito principal daquele texto é, justamente, o de “formas” (forma antiga, forma germânica, forma asiática, forma burguesa) e não o de “modo de produção”. Sem pretender encerrar a discussão conceitual, enquanto o “modo de produção” é essa “soma da totalidade das relações de produção”, as “formas” são modos de separação entre o produtor e o seu meio de trabalho, ou entre os indivíduos e suas condições de existência. Um terceiro elemento, ademais, é a luta de classes. Não argumentamos que não há relação entre esses três conceitos, mas acreditamos que eles não estão tão integrados como a tradição posterior faz parecer. Baseados nisso, acreditamos que, para Marx, é o capitalismo que iguala a base produtiva e a luta de classes, criando os dois grandes pólos centrais da luta de classes, como vimos no *Manifesto*.

Através dessa pesquisa, também, concluímos que o entendimento do papel da escravidão na Antiguidade enquanto um elemento que dissolve aquela sociedade já estava presente na metade da década de 1840. Entretanto, tanto por meio do estudo mais atento à obra de Bartholt Niebuhr e, provavelmente, Apiano de Alexandria (além de outros como Theodor Mommsen, citado diretamente em *O Capital*) quanto por meio da leitura da

bibliografia abolicionista da época, que ganhou particular relevância no contexto político da década de 1860, essa noção se desenvolve até chegar nos comentários feitos em *O Capital*, e provavelmente também se desenvolveria ainda mais por meio da bibliografia relacionada ao tema que leu nas décadas de 1870 e 1880, seja a obra de Morgan ou Bücher, Friedländer, Jhering ou Lange (Anderson, 2002), mas nunca poderemos saber com certeza. Nunca saberemos pois, metodologicamente, o modo de exposição não tem apenas uma função pedagógica, mas também cria sentido para as informações obtidas na pesquisa empírica, e, no geral, Marx não teve a oportunidade de chegar nesse segundo estágio metodológico.

Por fim, torna-se evidente no contato direto com as análises de Marx aqui citadas que o papel principal da Antiguidade na obra de Marx é elucidar o presente capitalista. A preocupação da obra de Marx é fundamentar a luta política do presente, em contrapartida com os historiadores mais ou menos contemporâneos que ele lia. Diferente do que Engels diz sobre Morgan e Marx, por exemplo, há uma diferenciação qualitativa gigantesca entre alguém preocupado com um entendimento positivo da história humana enquanto reificação e o entendimento dialético-negativo de Marx. Enquanto marxistas e/ou interessados no que ficou conhecido como “materialismo histórico”, talvez seja interessante a superação das noções de um “método” científico abstrato que Marx aplicaria na realidade e obteria resultados mágicos, por exemplo no chamado “materialismo histórico-dialético”. Da mesma forma, como também concluiu Rafael Padial, talvez seja interessante voltarmos nossos olhos para aquela concepção de história de Marx e Engels em 1845 e 1846, menos pretensiosa, mais flexível, e potencialmente anti-dogmática (Padial, 2022, p.552). Talvez ainda, para finalizar, como atentou o filósofo alemão Walter Benjamin, um dos autores “marxistas” que mais plenamente entendeu a negatividade do conceito de história de Marx, “somente a humanidade redimida poderá apropriar-se inteiramente de seu passado” (Benjamin, 1987, p.223)⁶², e, até lá, somente poderemos olhar para o passado por meio de uma lente distorcida pelo fetiche e pela violência do presente capitalista.

⁶²E aqui, aludimos também à formulação de Karl Liebknecht, histórico líder comunista alemão covardemente assassinado pelas *Freikorps* com a anuência dos social-democratas em janeiro de 1919, no artigo que escreveu no dia de sua morte: “nosso programa viverá; ele dominará o mundo da humanidade redimida. Apesar de tudo!” Do original: “*Und ob wir dann noch leben werden, wenn es erreicht wird – leben wird unser Programm; es wird die Welt der erlöststen Menschheit beherrschen. Trotz alledem!*”. LIEBKNECHT, Karl. **Trotz Alledem!** 1952. Disponível em: <https://www.marxists.org/deutsch/archiv/liebknecht/1919/01/trotz.htm>. Tradução nossa. A humanidade redimida, para um comunista, é uma humanidade que tenha se libertado de toda a fantasmagoria que domina a espécie, uma humanidade que seja bem sucedida na abolição da família, do estado e das classes sociais.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

ÁLVARES, Lucas Parreira. **Flechas de Martelos: leituras de Marx e Engels da obra Ancient Society de Lewis Morgan**. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, UFMG, 2019.

ANDERSON, Kevin B. **Marx's Late Writings on Non-Western and pre capitalist Societies and Gender**. Taylor & Francis, 2002, p.84-96.

AROOSI, Jamie. **Marx 101: aristotle slavery and the equivalent form of value**. 2019. Disponível em: <https://www.jamiearoosi.com/blog/2019/7/2/marx-101-aristotle-slavery-and-the-equivalent-form-of-value>.

BARROS, José D'Assunção. Historicismo: notas sobre um paradigma. *Antíteses*, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 391–419, 2012. DOI: 10.5433/1984-3356.2012v5n9p391. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/8154>.

BEISER, Frederick. **The German Historicist Tradition**. Oxford, Oxford University Press, 2011.

BELLOFIORE, Riccardo, STAROSTA, Guido, THOMAS, Peter D (eds.) **In Marx's laboratory: critical interpretations of the Grundrisse**. Leiden: Brill, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BENOIT, Hector. "Sobre a crítica (dialética) de O Capital", in *Crítica Marxista*, n. 3, São Paulo: Brasiliense, 1996.

BENOIT, Hector. **A odisseia dialogica de Platão: as aventuras e desventuras da dialética socrática**. 4 v. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.2004a.

BENOIT, Hector. O Programa de Transição de Trotsky e a América. In *Crítica Marxista*, v. 18, São Paulo: Revan, 2004b.

BENOIT, Hector. Sobre o Desenvolvimento (dialético) do Programa, In *Crítica Marxista*, v.4 São Paulo, Editora Xamã, 1997.

BROWN, Heather. **Marx on gender and family: a critical study**. Chicago: Haymarket Books, 2012.

BLANK, D., & CARVER, T., **A Political History of the Editions of Marx and Engels's "German Ideology Manuscripts"**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014.

DILLENBURG, F. O CAPITAL DE MARX NO INTERIOR DA LONGA TRADIÇÃO DIALÉTICA. *Eleutheria - Revista do Mestrado Profissional em Filosofia da UFMS*, v. 2, n. 3, p. 23 - 37, 28 dez. 2017.

DILLENBURG, Fernando. **O Capital das sombras à revolução**. São Paulo: Edições 70, 2023.

DUPLÁ, A. Notas a propósito de la historiografía marxista italiana del mundo clásico. **SHHA**, Salamanca, v. 19, p. 115-142, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FOSTER, John Bellamy; HOLLEMAN, Hannah; CLARK, Brett. Marx and Slavery. **Monthly Review**, v.72, n.03, pp.96-117, ago.2020.

HAUPT, Georg. Marx e o Marxismo. *In*: HOBBSAWM, E. (Org.). **História do Marxismo**. Vol.1 3ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HECKER, Rolf. Diversidade temática e constantes de conteúdo nos materiais de estudos de Marx. **Problemata**, [S.L.], v. 10, n. 4, p. 99-114, dez. 2019.

HEINRICH, M. **An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital**. New York: Monthly Review Press, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich.. **Filosofia da história**. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: UnB, 1995.

HEINRICH, Michael. **Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna**: biografia e desenvolvimento de sua obra, Volume 1 (1818-1841). São Paulo: Boitempo, 2018. 472 pp

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBBSAWN, Eric. Introdução. *In*: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. **Revista de História**, São Paulo, n. 100, 1974.

KRÄTKE, Michael. Marx e a história mundial. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política Arquivos Sobre**, n. 65, p. 11-65, jan. 2023.

LOPES, M. A; BENTIVOGLIO, Julio. Oficina de lições, fonte de sabedoria: fundamentos clássicos das narrativas históricas modernas. **ArtCultura**, [S. l.], v. 14, n. 25, 2014.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Sobre o Estado**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/11.htm> 1977. Acesso em: 19/11/2024.

MAC GAW, Carlos Garcia. A economia escravista romana. Reflexões sobre conceitos e questões de números na historiografia do escravismo. *In*: BASTOS, Mário Jorge; DAFLON, Eduardo; FRIZZO, Fábio; et al (Orgs.). **O pré capitalismo em perspectiva. Estudos em Homenagem ao prof. Ciro F.S. Cardoso**. Rio de Janeiro: Ítaca, 2015.

MACHADO, Gustavo. **Marx e a história**: Das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista, São Paulo: Sundermann, 2017.

- MACHADO, Gustavo. O papel da história no modo de exposição de O capital de Marx. **Verinotio** Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Das Ostras, v. 24, n.1, pp.238-269, abr./2018.
- MACHADO, Gustavo. Teoria da história ou gênese do capital? As diferentes recepções aos estudos etnológicos de Marx: de Engels à atualidade. **Verinotio** Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Das Ostras, v. 26,n.2, pp.85-109,jul./dez. 2020.
- MARX, Karl. Sicily and the sicilians. *In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Marx & Engels Collected Works Volume 17: Marx and Engels 1859-1860***, Londres: Lawrence and Wishart, 2010. pp.370-372.
- MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Luta de classes na Rússia**; organização de Michael Löwy, tradução de Nélio Schneider, 1ª edição; Boitempo; 2013.
- MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Sundermann, 2017.
- MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. trad. José Paulo Netto. São Paulo, Boitempo, 2017
- MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**; São Paulo: Editorial Boitempo, 2011b.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro II**: O processo de circulação do capital. Tradução Rubens Enderle, edição Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A guerra civil dos Estados Unidos** (Trad. Luiz Felipe Osório e Murillo van der Laan). São Paulo: Boitempo, 2022.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes feuerbach, b. bauer e stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano.
- MEHRING, Franz. **Karl Marx: A história de sua vida**. São Paulo: Sundermann, 2013.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. “Niebuhr and the Agrarian Problems of Rome”. **History and Theory**, vol.21, 1982, pp. 3-15.
- MUSTO, Marcello. **Another Marx**: early manuscripts to the international. Londres: Bloomsbury Academic, 2018.
- MUSTO, Marcello. Sociedades pré-capitalistas, consequências do colonialismo e países não europeus: a pesquisa do velho Marx. *In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; BERNARDES, Franciani (org.). **Contrarreformas ou revolução, v. 2: respostas ao capitalismo em crise***. 1. São Paulo: Cortez, 2023, pp.21-60.

MUSTO, Marcello. **The Last Years of Karl Marx**: an intellectual biography. Stanford: Stanford University Press, 2020.

NIPPEL, Wilfried. Marx, Weber and Classical Slavery. **Classics Ireland**, v. 12, pp.31-49, 2005.

NIPPEL, Wilfried. Marx and antiquity. *In*: ALLEN, Danielle, CHRISTENSEN, Paul, MILLET, Paul (eds.). **How to do things with history**: new approaches to ancient greece. Oxford:Oxford University Press, 2020. pp.185-208.

PADIAL, Rafael de Almeida. **Sobre a passagem de Marx ao comunismo**.563 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2022.

RANKE, Leopold von. Ranke. **História**. Organização, seleção e prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ática, 1979.

REICHELT, Helmut. **Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx**. Ed. Unicamp, 2013.

SIMON, B. Zoltan. **Os teóricos da história têm uma teoria da história? Reflexões sobre uma não-disciplina**. Tradução de Arthur Avila. Vitória: Mil fontes, pp. 17-54, 2019.

SOHN-RETHEL, A. **Intellectual and Manual Labour**. London: Humanities Press, 1978.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Foucault revoluciona a história. Brasília, Editora da UnB. 1982.